



## Verificação Unificada 2018.2

---

### – Informações gerais

- Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:
  - a) Uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova.
  - b) Este caderno de prova, com o enunciado das 86 (oitenta e seis) questões, sem repetição ou falha.
  - c) Os alunos matriculados nas disciplinas Estágio Supervisionado IV e VI deverão responder apenas até a questão 80. As demais serão desconsideradas, ainda que marcadas. Os alunos matriculados na disciplina Estágio Supervisionado VIII deverão responder até a questão 86.
- Ao receber a folha de respostas você deve:
  - a) conferir seu nome e número de matrícula;
  - b) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
  - c) assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões são identificadas pelo número que se situa no enunciado.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
  - a) qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
  - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
  - c) portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, **telefone celular**, **smartwatches**, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como óculos escuros ou qualquer acessório de chapelaria, como chapéu, boné, gorro, etc.
- Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do(a) aluno(a).
- O tempo disponível para prova será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo para marcação da folha de respostas.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Somente depois de decorrida **uma hora** do início da prova o(a) aluno(a) poderá retirar-se da sala de prova sem levar o caderno de questões.
- O ingresso do(a) aluno(a) em sala de realização de prova apenas é admitido com uma tolerância máxima de **30 (trinta) minutos**.
- Somente no decorrer dos últimos 60 (sessenta) minutos do período da prova o(a) aluno(a) poderá retirar-se da sala levando o caderno de questões.
- Quando terminar sua prova, o(a) aluno(a) deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala.
- Quem descumprir quaisquer regras contidas na Resolução NPJ nº 03/2014 e/ou no Edital da Verificação Unificada **RECEBERÁ NOTA ZERO**.

01. A mais notável contribuição romana à cultura ocidental ocorreu no campo do Direito. Até hoje, os Códigos de Leis romanas permanecem entre os fundamentos do Direito contemporâneo, uma das áreas do direito brasileiro mais influenciada pelo Direito Romano é o Direito Civil. Com base na afirmação, responda:

- a) A usucapião é forma de aquisição originária da propriedade, também denominada como prescrição aquisitiva. Sua previsão decorre da função social da propriedade e, por não existir esse princípio no Direito Romano, não havia previsão de usucapião em suas leis.
- b) Os romanos desenvolveram a ideia de propriedade privada, até hoje adotada no direito civil, que concede ao proprietário a faculdade de usar, fruir e dispor da coisa.
- c) A propriedade era um direito absoluto, portanto, o abandono não configurava hipótese de perda da propriedade imóvel.
- d) O meio de aquisição da propriedade mais comum entre os romanos era a tradição, essa aquisição ocorria quando alguém se assenhorava de coisa que anteriormente não tinha dono, coisas de ninguém (*res nullius*), como todas aquelas que se captam na terra, no mar e no céu.

**Justificativa: Profa. Eliza Dias.**

- A alternativa "a" está incorreta pois os romanos já previam a usucapião como forma de aquisição da propriedade.

A alternativa "b" está correta. Propriedade era o direito de usar, gozar e dispor da coisa, enquanto permitir a razão do direito. ("Jus utendi, fruendi et abutendi, quatenus juris ratio patitur"). Conceito equivalente ao adotado no artigo 1228 do Código Civil.

A alternativa "c" está incorreta, o direito à propriedade, apesar de absoluto, podia ser perdido por meio do abandono, da alienação, da renúncia, do perecimento, da lei, da morte e das *caapitis deminutiones*.

A alternativa "d" está incorreta, a definição é de aquisição por ocupação e não por tradição.

02. Considere o texto abaixo:

**Guardia: desequilíbrio fiscal inviabiliza redução de carga tributária**

Valor econômico - 06/11/2018 às 00h58

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou que "não vê a menor possibilidade" em se reduzir a carga tributária do Brasil para atender algumas propostas que surgem entre apoiadores do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Segundo Guardia, não é possível reduzir arrecadação porque o

principal problema da economia brasileira atualmente é o desequilíbrio fiscal e uma eventual perda de receita agravaria a situação até o ponto de insolvência do país.

O ministro disse que, diante do quadro atual, o que cabe fazer é investir na agenda da simplificação tributária, o que reduziria os custos de cumprimento das obrigações com o pagamento dos impostos.

"A simplificação tributária seria, no meu entender, a agenda mais urgente do Brasil hoje depois da reforma da Previdência", disse o ministro durante entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, na noite desta segunda-feira.

Ainda sobre a questão de receitas, Guardia discordou do diagnóstico do governador eleito do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, segundo o qual o problema fiscal de seu Estado é de falta de receita, e não de despesas em alta.

"O problema do Estado brasileiro, incluindo dos estados, é de despesas e não de receitas", afirmou ele. Para Guardia, os estados, assim como a União, sofrem sobretudo com os problemas de alto custo de folha salarial e de previdência dos servidores públicos.

Guardia também afirmou que a guerra fiscal entre os estados é outro fator que atinge gravemente as finanças dos entes federativos.

Outro ponto que Guardia rebateu é a proposta do ministro do futuro Ministério da Economia (atual Fazenda), Paulo Guedes, que disse pretender zerar o déficit primário em um ano.

Para Guardia, com a previsão de déficit aprovado em lei de R\$ 139 bilhões em 2019, seria preciso aumentar impostos para se chegar ao objetivo de Guedes. "Das despesas de R\$ 1,3 trilhão que teremos em 2019, menos de R\$ 130 bilhões são gerenciáveis, não estão comprometidos com salários e previdência, por exemplo. Portanto, só dá para zerar o déficit se aumentar receita, ou seja, impostos", afirmou.

O atual ministro também considerou temerária a fusão dos ministérios da Fazenda, Planejamento e MDIC (Indústria e Comércio) no superministério da Economia. "A Fazenda é de uma complexidade extraordinária, administra conflitos, e ao se fazer a fusão essa complexidade aumentará.

Segundo Guardia, sua maior preocupação com a eventual fusão virá do Planejamento, que hoje toca a agenda da modernização do Estado. "Sem o andamento dessa agenda, as reformas estarão comprometidas", disse.

(<https://www.valor.com.br/brasil/5969847/guardia-a-desequilibrio-fiscal-inviabiliza-reducao-de-carga-tributaria>)

Conforme a temática abordada no texto a carga tributária de um país é considerada regressiva quando:

- I. Onera uma proporção constante da renda do contribuinte, independente da renda que este auferir;
- II. Onera todos os segmentos sociais na mesma proporção;
- III. Onera proporcionalmente mais os segmentos sociais de maior poder aquisitivo;
- IV. Onera proporcionalmente mais os segmentos sociais de menor poder aquisitivo;

É correto apenas o que se afirma em

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) IV.**

**Justificativa: Prof. Ricardo Coimbra**

- Quanto maior a renda, menor a tributação, em proporção à renda.

- 03.** “Apoiada no princípio do discurso, a teoria do direito- e do Estado de Direito- precisa sair dos trilhos convencionais da filosofia política e do direito, mesmo que continue assimilando seus questionamentos [...] Procuo atingir um duplo fim: esclarecer por que a teoria do agir comunicativo concede um valor posicional central à categoria do direito e por que ela mesma forma, por seu turno, um contexto apropriado para uma teoria do direito apoiada no princípio do discurso.” (HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997, p.188).

Assinale a opção que contém a assertiva correta em relação à filosofia do Direito de Habermas:

- a) A proposta de Habermas é expressão de um juspositivismo ético porque enxerga nas leis e no sistema jurídico verdades e valores absolutos.
- b) O direito para Habermas permite a ética na medida em que a sua construção se dá por meio de um espaço de construção comunicacional.**
- c) Para Habermas, não é o procedimento geral de interação da sociedade com o direito que permite a eticização da vida social contemporânea.
- d) Habermas considera que o direito está em relação com o plano ético-moral porque ele em si mesmo é ético.

**Justificativa: Profa. Eulália Camurça**

- A proposta de Habermas não se alia a um juspositivismo tradicional, tecnicista ou liberal e propõe uma leitura a partir da teoria comunicacional, em que o direito positivo se

distancia de suas pretensões de verdade natural e de vertente meramente formalista ou despreocupada com alguma interação ética.

- 04.** “O pensamento jurídico moderno, ou as várias correntes filosóficas que pensaram e escreveram sobre o direito no século XIX, detiveram suas preocupações em torno dos valores que se servem de essência ao próprio direito. Seriam eles basicamente a justiça, a certeza e a segurança”. (CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. Hermenêutica e Argumentação: uma contribuição ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, p.61).
- Considere as afirmativas a seguir:
- I. Toda condição ética e moral concentra-se no campo da justiça.
  - II. Deve-se afastar a ideia de que a justiça é, necessariamente, presença de arbítrio, e esta sustenta-se apenas na lei, distanciada dos valores da ordem e da segurança.
  - III. No mundo moderno, a necessidade de segurança se sobrepõe à ideia da mais elevada justiça e relaciona o direito à ordem formal.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- a) I e III, apenas.**
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III, apenas.

**Justificativa: Profa. Eulália Camurça**

- A assertiva II está incorreta porque, segundo a autora, “não se deve afastar a ideia de que a justiça, como ausência de arbítrio, sustenta-se na lei, relacionada diretamente aos valores da ordem e da segurança”.

- 05.** Marque a assertiva incorreta:
- a) O Direito é um fenômeno histórico-social sempre sujeito a variações e intercorrências, fluxos e refluxos no espaço e no tempo.
  - b) A Moral, para realizar-se autenticamente, deve contar com a adesão dos obrigados. Quem pratica um ato, consciente da sua moralidade, já aderiu ao mandamento a que obedece.
  - c) Há um campo da Moral que não se confunde com o campo jurídico. O Direito infelizmente tutela muita coisa que não é moral. Embora possa provocar nossa revolta, tal fato não pode ficar no esquecimento. Muitas relações amorais ou imorais realizam-se sob a proteção da lei, crescendo e se desenvolvendo sem meios de obstá-las.
  - d) O sistema de civil law também se aplica integralmente à Inglaterra e aos Estados Unidos da América, cuja experiência jurídica se acha vinculada aos usos e costumes e à atividade jurisdicional. Ressalte-se que nesses países já está consolidada a**

influência do processo legislativo, impondo-se, absolutamente, o primado da lei, como forma de disciplina superior das relações sociais.

**Justificativa: Prof. Felipe Barroso**

- A alternativa (d) está incorreta porque o sistema de civil law não se aplica integralmente aos aludidos países. Ainda que lá haja considerável influência do processo legislativo, não há falar em primado absoluto da lei para disciplinar as relações sociais.

06. Assinale a opção correta à luz da teoria que sustenta uma distinção forte (ou qualitativa) entre regras e princípios, como é o caso da teoria apresentada por Alexy:

- a) regras são normas que estabelecem direitos e deveres definitivos e são aplicadas segundo o raciocínio “tudo-ou-nada”; princípios são normas que estabelecem direitos e deveres prima facie, comportando diferentes graus de realização, mas impondo que algo seja realizado na maior medida possível.
- b) princípios são normas que prevêm soluções expressas para casos concretos; regras são normas aplicadas para casos difíceis, quando não há um princípio aplicável diretamente.
- c) princípios são normas que estabelecem direitos e deveres definitivos e são aplicadas segundo o raciocínio “tudo-ou-nada”; regras são normas que estabelecem direitos e deveres prima facie, comportando diferentes graus de realização, mas impondo que algo seja realizado na maior medida possível.
- d) regras e princípios têm apenas uma diferença de grau; regras são normas mais concretas, ao passo que princípios são normas mais abstratas.

**Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno**

- O Robert Alexy considera que há uma distinção considerada “forte” entre regras e princípios. A diferença é estrutural, qualitativa. Alexy afirma que os princípios estabelecem direitos e deveres que comportam diferentes graus de realização (são ordens para que algo seja cumprido o máximo possível). Princípios estabelecem direitos e deveres “prima facie”, que somente terão o seu alcance definido diante do caso concreto, após verificadas as condições fáticas e jurídicas. Quanto às regras, ou são aplicadas ou não são aplicadas. Regras estabelecem direitos e deveres definitivos. Assim, o item correto é o item A.

07. Em relação à Lei de Introdução às Normas no Direito Brasileiro, julgue os itens abaixo:

I. A lei em vigor tem efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

- II. A lei posterior revoga a anterior apenas quando expressamente o declarar.
- III. Quando a lei for omissa, o juiz não decidirá o caso.
- IV. No que diz respeito à vigência normativa, é correto afirmar que, com a promulgação, a lei passa a existir e a ser válida.
- V. Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

Marque a alternativa correta:

- a) Estão corretos os itens I e II
- b) Estão corretos os itens III e V
- c) Estão corretos os itens I, IV e V
- d) Estão corretos os itens I, III e V

**Justificativa: Profa. Danielle Batista**

Para Base legal: LINDB

Item I - Certo: Art. 6º - A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

Item II - Errado: Art. 2º, § 1º - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. Item III - Errado: Art. 4º - Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. Princípio da Indeclinabilidade da Jurisdição.

Item IV - Certo: Art. 1º - Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

Item V - Certo: Art. 2º - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

08. Sobre o Mandato Político é correto afirmar que:

- a) Crise de Governabilidade afeta o Mandato legítimo do Governante.
- b) O mandato imperativo é solução de ausência de representatividade. Para tanto, necessária se faz a emenda à CF/88, estabelecendo-o.
- c) A vontade do Povo vincula a de seu governante, como no Brasil.
- d) Mandato genérico e integral atende a todos os interesses políticos, inclusive do governante que se torna mais seguro no desenvolvimento das suas funções, o que vem ocorrendo no Brasil nos últimos 30(trinta) anos.

**Justificativa: Prof. Pascarelli**

- A imperatividade não é a regra no Brasil, onde os mandatos sempre foram livres, o que pode gerar o afastamento do governante da vontade Popular. A CF/88 não prevê o mandato imperativo e muito menos o “recall”.

09. “A Hermenêutica Jurídica tem por objeto o estudo e a sistematização dos processos aplicáveis para determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito”.

(MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2001.)

Marque a assertiva CORRETA com base na Hermenêutica Jurídica Clássica:

- a) O sistema dogmático seguido pela Escola da Exegese leva em consideração a teoria da plenitude da lei e a interpretação literal.
- b) A interpretação atualizadora da lei não era permitida pelo sistema histórico-evolutivo.
- c) O sistema da livre investigação científica considerava existir Justiça pelo Código ou apesar do Código.
- d) Conforme o sistema do direito livre, o juiz deve interpretar a lei segundo a sua intenção original objetivada no texto, chamada de vontade legislativa.

**Justificativa: Profa. Eulália Camurça**

- Para o sistema dogmático, a lei não possuía lacunas, em razão do Direito ser perfeito e completo. Vedava-se a utilização da analogia e dos princípios gerais do Direito para preencher lacunas. Se o Código continha Direito imutável e sem lacunas, a interpretação deveria ser apenas literal. O juiz, portanto, deveria aplicar a lei e não interpretá-la

10. De acordo com Emile Durkheim, é correto afirmar:

- a) A Instituição Social é um mecanismo de proteção da sociedade, pois reúne regras e procedimentos padronizados socialmente, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade, cuja importância estratégica é manter a organização do grupo e satisfazer as necessidades dos indivíduos que dele participam.
- b) São exemplos de Instituição Social: a família, a escola, o governo, a polícia. Todas de natureza conservadora e atuando para a manutenção da ordem.
- c) Uma sociedade sem regras claras entraria em estado de anomia, pois sem valores e sem limites levaria o indivíduo ao desespero.
- d) As opções a, b e c estão corretas.

**Justificativa: Profa. Elisabete Romão**

- Para Emile Durkheim, o contexto histórico do século XIX demonstrava o enfraquecimento das Instituições Sociais, em que os valores tradicionais estavam sob questionamento, além da condição de grande parte da população que vivia em condições miseráveis devido ao desemprego e a marginalização. Tais condições levariam a sociedade ao estado de anomia, ou seja, à ausência de regras, à insegurança e ao desespero. Como

teórico da organização social, defendia a importância das Instituições Sociais como instrumento da manutenção da ordem.

- 11. Em uma decisão para lá de polêmica, o juiz federal Eugênio Rosa de Araújo, da 17ª Vara Federal do Rio, indeferiu pedido do Ministério Público para que fossem retirados da rede vídeos tidos como ofensivos à umbanda e ao candomblé. No despacho, o magistrado afirmou que esses sistemas de crenças “não contêm os traços necessários de uma religião”, por não terem um texto-base, uma estrutura hierárquica, nem “um Deus a ser venerado”. Para mim, esse é um belo caso de conclusão certa, pelas razões erradas. Creio que o juiz agiu bem, ao não censurar os filmes, mas meteu os pés pelas mãos, ao justificar a decisão. Ao contrário do Ministério Público, não penso que religiões devam ser imunes à crítica. Se algum evangélico julga que o candomblé está associado ao diabo, deve ter a liberdade de dizê-lo. Como não podemos nem sequer estabelecer se Deus e o demônio existem, o mais lógico é que prevaleça a liberdade de dizer qualquer coisa. Hélio Schwartzman. O candomblé e o tinoso. Folha de S. Paulo, 20 maio 2014 (adaptado). O núcleo filosófico da argumentação do autor do texto é de natureza
  - a) liberal.
  - b) marxista.
  - c) totalitária.
  - d) teológica.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

- A inspiração filosófica da argumentação é marcadamente liberal, especialmente quanto à liberdade de expressão.

- 12. “O ponto decisivo na distinção entre regras e princípios é que princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes. Princípios são, por conseguinte, mandamentos de otimização, que são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas. O âmbito das possibilidades jurídicas é determinado pelos princípios e regras colidentes.” (ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 90) Considerando a distinção entre princípios e regras e o trecho acima, assinale a afirmativa correta acerca do posicionamento de Robert Alexy:
  - a) defende a distinção forte entre princípios e regras, uma diferença de grau, sendo os princípios aquelas

- normas mais gerais e abstratas do sistema jurídico e informam a produção e interpretação das regras.
- b) defende a distinção fraca entre princípios e regras, apenas uma diferença de grau, sendo os princípios aquelas normas mais gerais e abstratas do sistema jurídico e informam a produção e interpretação das regras.
  - c) defende a distinção fraca entre princípios e regras, apenas uma diferença qualitativa, sustentando que os princípios estabelecem mandamentos prima facie, enquanto as regras já determinam previamente seu conteúdo.
  - d) defende a distinção forte entre princípios e regras, uma diferença qualitativa, sustentando que os princípios estabelecem mandamentos prima facie, enquanto as regras já determinam previamente seu conteúdo.

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- Alexy é um dos defensores da distinção forte entre princípios e regras, compreendida como uma diferença qualitativa, e não meramente de grau, consistente na diferença ontológica entre os dois tipos de normas, pois os princípios são normas que entabulam valores e, em virtude disso, estabelecem imediatamente obrigações prima facie, sem considerar as circunstâncias fáticas e jurídicas, enquanto as regras prescrevem condutas já predeterminadas.

13. “O conceito tradicional de soberania do Estado sofreu profundas alterações desde o fim da Primeira Guerra Mundial. Em especial, a soberania externa foi subordinada às regras do Direito Internacional, caracterizado pela "igualdade soberana entre Estados", porém sujeitos às regras válidas para todos. Neste sentido, a soberania adquire um significado de independência em relação à outros Estados, porém de dependência quanto às regras comuns. Nesta concepção, a transferência voluntária de parcelas de soberania a organizações internacionais é perfeitamente possível, na medida em que não é mais viável a autonomia ilimitada do Estado.
- Mais complexa é a situação no interior dos Estados, caracterizada pela soberania interna. O entendimento relacionado à superioridade das normas constitucionais sobre as internacionais de qualquer natureza e a manutenção de um espaço jurídico impermeável ao exterior, não decorre de uma posição dogmática relacionada ao primado absoluto da soberania do Estado, tal como no século XIX. Aqui, a questão está centrada no conceito de legitimidade do ordenamento jurídico, já que o povo, detentor da soberania interna, se expressa pelo Poder Constituinte e de seus representantes eleitos para mandatos legislativos específicos.”

(KEGEL, Patrícia; AMAL, Mohamed. Instituições, direito e soberania: a efetividade jurídica nos processos de integração regional nos exemplos da União Europeia e do Mercosul. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 52, n. 1, jan./jun. 2009)

Tendo em vista o texto acima e o disposto na Constituição de 1988 sobre os princípios da República Federativa do Brasil nas relações internacionais, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

*Caso o governo brasileiro assine tratado constitutivo de uma união latino-americana, não será necessária a elaboração de uma nova constituição*

PORQUE

*A Constituição de 1988 prevê que a República Federativa do Brasil buscará a formação de uma comunidade latino-americana de nações mediante a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina*

- a) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- b) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- c) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas afirmações são falsas.

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- Como se observa da leitura do texto, a noção de soberania deve comportar releituras, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Em virtude disso, embora a Constituição de 1988 fale na soberania como fundamento da República e na independência nacional como princípio das relações internacionais, há que se compatibilizar o texto constitucional com eventual integração regional, já que a Constituição já prevê a situação de integração. Uma reforma constitucional poderá até se tornar necessária, mas não implica necessariamente a elaboração de uma nova constituição.

14. Em 8 de outubro de 2018, a Presidência da República promulga o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, firmado em 2013 e ratificado pelo Congresso Nacional em 2015. Sobre o tema, e sobre essa convenção, assinale a alternativa correta:

- a) Os tratados internacionais em matéria de acesso a obras impressas para pessoa com deficiência visual não se configura como tratado de direitos humanos.
- b) Os dispositivos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que contrariem as regras previstas no Tratado de Marraqueche poderão ser declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) No caso de conflito entre os dispositivos do Tratado de Marraqueche e as regras da Convenção de Nova Iorque sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aplicam-se os métodos tradicionais de hermenêutica.
- d) A interpretação do Tratado de Marraqueche pode, por força do direito fundamental ao tratamento igualitário, ser ampliada para contemplar outros tipos de deficiência.

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- O Tratado de Marraqueche foi incorporado ao Direito brasileiro pelo procedimento previsto no art. 5º, § 3º, adquirindo status de emenda constitucional. Nesse sentido, normas legais que contrariem seus dispositivos podem ser declaradas inconstitucionais pelo STF. O acesso a obras impressas insere-se no direito à informação e de acesso à cultura e, portanto, qualificam-se como direitos humanos. Por adquirirem status de emenda constitucional, tanto o Tratado de Marraqueche quanto a Convenção de Nova Iorque devem ser interpretadas a partir de uma hermenêutica constitucional, em especial que busque a unidade e a máxima efetividade da Constituição. Todavia, o âmbito de aplicação do Tratado é bastante restrito, delimitado pelos seus próprios termos às pessoas cegas, ou que tenham deficiência visual, ou deficiência de percepção, ou deficiência de leitura, ou aquela impossibilitada por deficiência física de sustentar ou manipular um livro ou focar ou mover os olhos, não permitiria uma interpretação ampliada.

15. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) são dois mecanismos previstos para a proteção das normas constitucionais em face de dispositivos infraconstitucionais do ordenamento jurídico brasileiro. O primeiro foi em grande parte regulamentado pela Lei nº 9.868/99, embora a Constituição de 1988 tenha estabelecido regras mais específicas sobre o instituto, enquanto o segundo foi regulamentado pela Lei nº 9.882/99. Assinale a opção que corretamente indica uma diferença entre os dois institutos:
- a) Enquanto na ADI os efeitos são ex tunc, na ADPF os efeitos são ex nunc.
- b) Enquanto a ADI admite a modalidade por omissão, na ADPF só se admite o controle por ação.

- c) Por ser a ADPF mais específica, para proteção dos chamados preceitos fundamentais, a ADPF pode ser utilizada para atacar um âmbito maior de atos, desde atos administrativos e atos normativos municipais até atos normativos anteriores à Constituição.
- d) Por ser a ADPF mais específica, para proteção dos chamados preceitos fundamentais, a ADI deve ser utilizada em casos cuja norma constitucional violada não se enquadre como preceito fundamental.

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- A ADPF, embora possua duas modalidades – ADPF autônoma e ADPF paralela –, adota o efeito ex tunc. Ademais, a ADPF não só admite a situação de omissões constitucionais – o que pode ocorrer no caso municipal –, como a hipótese do estado de coisas inconstitucional. Por ser mais específica, a ADPF é ação subsidiária, aplicando-se somente nas situações em que não seja possível ingressar com a ADI.

16. É da competência exclusiva dos Estados-membros da federação, extensível ao Distrito Federal, nos termos da Constituição de 1988:
- a) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
- b) criar juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.
- c) proporcionar os meios de acesso à educação no ensino fundamental e médio.
- d) vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

**Justificativa: Álisson Melo**

A proteção dos bens de valor histórico, artístico ou cultural é competência comum dos entes federativos (art. 23, V). A criação dos juizados especiais é competência também da União (art. 98, I). De acordo com a Constituição, a atuação dos Estados na educação no ensino fundamental e médio é apenas prioritária (art. 210, § 3º), o que não significa exclusiva, e os municípios também deverão atuar no ensino fundamental (art. 210, § 2º). Por outro lado, a Constituição faculta aos Estados e ao Distrito Federal, entre outras vinculações, a vincular parcela da receita orçamentária a entidades públicas de fomento à pesquisa científica e

tecnológica, autorização não prevista para União ou aos municípios (art. 218, § 5º).

17. A Constituição de 1988 enumera no art. 54 as vedações impostas aos congressistas, entre elas a de ser, desde a posse, proprietário de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público. Considerando que Senador da República é proprietário de empresa de segurança que possui contrato de grande vulto com o Governo Federal para a prestação de serviços especializados de vigilância. A liderança partidária da oposição, com representante no Congresso Nacional, lhe procura, na condição de advogado, questionando-lhe o que poderia ser feito. Com base na hipótese acima, assinale a alternativa correta quanto à sanção a ser aplicada:

- a) trata-se de uma situação passível de cassação do mandato, que dependerá de decisão do Senado Federal por maioria absoluta com garantia de ampla defesa, podendo o próprio partido político provocar a respectiva Mesa.
- b) trata-se de uma situação passível de quebra de decoro parlamentar, que dependerá de decisão do Senado Federal por maioria absoluta com garantia de ampla defesa, podendo o próprio partido político provocar a respectiva Mesa.
- c) trata-se de uma situação passível de extinção do mandato, que não depende de decisão do Senado Federal, mas de mera declaração pela respectiva Mesa, garantida a ampla defesa, podendo o próprio partido político provocar a respectiva Mesa.
- d) trata-se de uma situação passível de suspensão dos direitos políticos, por configuração de improbidade administrativa, decretada somente por decisão judicial com trânsito em julgado.

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- Nos termos do art. 55, I, da Constituição, perderá o mandato o senador que infringir qualquer das proibições do art. 34. A hipótese de quebra do decoro parlamentar se verifica quando, nos termos do art. 55, § 1º, "além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas". Já a extinção do mandato se aplica para aquelas situações nas quais a respectiva casa apenas declara a existência de um óbice à permanência do mandato, por inassiduidade, suspensão ou perda dos direitos políticos ou perda do mandato decretada pela justiça eleitoral.

18. A Nova República brasileira conviveu, nos seus trinta anos, com episódios de impeachment do Presidente da República e posse pelo respectivo Vice-Presidente. No que concerne ao regime jurídico constitucional estabelecido para o Vice-

Presidente da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) Ao Vice-Presidente da República compete somente a substituição do Presidente da República, no caso de impedimento, ou a sucessão, em caso de vaga, bem como a convocação para missões especiais.
- b) O Vice-Presidente da República, enquanto o cargo de Presidente da República estiver ocupado, não poderá ser condenado por crime de responsabilidade, salvo por crime conexo ao praticado pelo Presidente.
- c) O Vice-Presidente da República, enquanto não esteja no exercício da Presidência da República, não fará jus a remuneração, nem necessitará de autorização do Congresso Nacional para se ausentar por período superior a 15 dias.
- d) O Vice-Presidente da República, além de compor o Conselho da República e o Conselho da Defesa Nacional, quando reunidos, exercerá outras atribuições previstas em lei complementar, sendo que tal lei até hoje nunca foi editada.

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- Ao Vice-Presidente da República aplica-se o regime constitucional desde o momento de sua posse, que se dá com a tomada do compromisso perante o Congresso Nacional. Assim, a percepção de subsídios, restrições para viagem, sujeição ao processo de impeachment (especialmente por atos praticados durante os afastamentos do Presidente da República) se aplicam ao cargo. Quanto às suas atribuições, elas são mais amplas do que se costuma imaginar; todavia, ainda não foi editada lei complementar para disciplinar sobre suas atribuições, havendo projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre a matéria.

19. A Ordem Econômica na Constituição de 1988 leva em consideração os diversos fatores de produção econômica que possuem importância e magnitude para a organização do Estado brasileiro. Nesse sentido, o Direito do Turismo configura-se como um ramo do Direito que está em vias de se tornar autônomo em relação a outros ramos que tangenciam essa área, como o Direito Urbanístico, o Direito Administrativo, o Direito Ambiental etc. Acerca do turismo e sua disciplina constitucional, assinale a alternativa correta.

- a) A política de turismo, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o desenvolvimento do lazer nas áreas urbana e rural, bem como em reservas ambientais, e garantir o bem-estar dos visitantes nacionais e estrangeiros.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.



- c) A lei disporá sobre a ordenação das políticas de turismo, devendo, quanto à publicidade internacional, observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.
- d) O turismo é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem ao acesso igualitário às ações e serviços turísticos, inclusive quanto às infraestruturas de transporte e hospedagem..

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- O item assinalado é o único que possui previsão constitucional, mais especificamente no art. 180 da Constituição. Os demais são adaptações de outros dispositivos constitucionais, como o art. 178, 182 e 196.

20. No julgamento da ADI 3239, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu importante entendimento acerca dos direitos dos cidadãos brasileiros, remanescentes de quilombos. Considerando o caso, e o disposto na Constituição sobre o tema, marque a assertiva correta.
- a) Na ADI 3239, o STF julgou parcialmente inconstitucional o Decreto nº 4.887/2003, que regulamentava o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, apenas no dispositivo que estabelece o critério da autoatribuição para identificação dos remanescentes de quilombos.
- b) O STF julgou improcedente a ADI 3239, sustentando que os remanescentes dos quilombos possuem o direito à propriedade das terras por eles ocupadas, no entanto, não permite que haja o registro de propriedade privada individual, mas somente de propriedade coletiva para a comunidade quilombola.
- c) O STF entendeu que o Decreto nº 4.887/2003 é constitucional, que os remanescentes de quilombos possuem direito de posse permanente das terras que o quilombo ocupava originalmente, baseado em laudos antropológicos e históricos, sendo exigível, nesse caso, o direito à indenização para os proprietários de boa-fé que estejam registrados em matrícula no cartório de registro de imóveis.
- d) O STF sequer apreciou o mérito da ADI 3239, haja vista que, por ser o Decreto nº 4.887/2003 um ato normativo secundário, não poderia ser objeto de manejo da Ação Direta de Inconstitucionalidade, que exige que o objeto atacado seja ato normativo primário, ou seja, lei ou ato legislativo a este equiparado (p. ex., emenda constitucional, medida provisória, decreto legislativo, resolução).

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- De acordo com a Constituição de 1988, os remanescentes de quilombos, diferentemente dos povos indígenas, possuem direito à propriedade das terras ocupadas. No entanto, o STF, ao julgar improcedente a ADI 3239 e declarar a constitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, estabeleceu duas observações. A primeira é de que a demarcação das terras deve levar em consideração a ocupação que existia em 1988. A segunda é de que a titularidade da propriedade deve ser somente coletiva, para a comunidade quilombola, não podendo converter-se em títulos individuais de propriedade, vedado ainda a alienação desses imóveis.

21. A reforma administrativa, no âmbito da gestão do Estado brasileiro, busca tomar a administração pública mais eficiente e voltada para a cidadania. Nesse sentido, é correto afirmar que:
- a) foram restringidas as modalidades de parceria do poder público a fim de permitir maior controle de gastos e, por conseguinte, maior eficiência.
- b) foram criadas fontes de receitas para o Estado, sob autorização do STF, tais como a taxa de iluminação pública e a taxa de limpeza e conservação urbana.
- c) foi retomada a ideia de uma administração pública rígida e voltada para o controle interno, em detrimento da administração pública gerencial, que se mostrou inábil no combate à corrupção e ao nepotismo.
- d) a Lei 13.334, de 13.09.2016 criou o Programa de parceiros de investimento, destinado ao fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada, para a execução de empreendimento público de infraestrutura.

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- Juiz Federal Substituto, IBFC, 2018. Art. 1º da Lei nº 13.331/16. Com a reforma administrativa foram ampliadas as modalidades de parcerias, de forma que a legislação correlata existente, em conjunto com princípios e diretrizes trazidos pela lei das PPPs, formaram um excelente instrumento de controle e fiscalização dos gastos públicos, permitindo inibir abusos e ingerências, de ambas as partes, na qualidade de execução dos empreendimentos. Súmula Vinculante 41: O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa. A taxa cobrada em razão dos serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos ofende o art. 145, II, da Constituição Federal. Para combater o nepotismo e a corrupção, surgiu a Administração burocrática, juntamente com o Estado Liberal, a fim de defender a coisa pública contra o patrimonialismo. Porém, houve falhas, acarretando algumas reformas, apontando mudanças para o modelo gerencial. Então, procurou-se reforçar a governança, através da transição da Administração

Burocrática (rígida, ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno) para a Administração Gerencial (flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão, que visava reduzir gastos e a moralizar o serviço público).

22. A remuneração do servidor público é a soma dos vencimentos do cargo e de vantagens pecuniárias. Com relação ao regime remuneratório dos servidores públicos é correto afirmar que:

- a) a garantia da irredutibilidade dos vencimentos não veda a redução de parcelas que compõem a remuneração ou mesmo a alteração no modo de cálculo de gratificações e outras vantagens, desde que preservado o valor da remuneração total.
- b) a isonomia remuneratória prevista na Constituição Federal garante paridade entre os cargos de igual atribuição ou assemelhados no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.
- c) em caso de acordo é possível a fixação de vencimento de servidor por meio de Convenção Coletiva desde que homologado judicialmente.
- d) a fixação de subsídios dos Membros do Legislativo, bem como Presidente, Vice-Presidente e Ministros de Estado ocorre por meio de Lei de competência exclusiva do Congresso, sancionada pelo Presidente da República.

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- Juiz Federal Substituto, IBFC, 2018. Art. 37, X, XIII, XV, e art. 48 c/c 49, VIII, da CF/88.

23. O conceito de poder de polícia vem sofrendo mutações e questionamentos especialmente a partir da segunda metade do século XX. O poder de polícia versa sobre em que medida e sob qual regime o Estado pode interferir na liberdade e propriedade dos particulares. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) na licença, ao contrário da autorização, a administração tem que manifestar seu consentimento para que o particular possa exercer um direito. A norma delega aspectos à apreciação da administração no caso concreto.
- b) a supremacia do interesse público sobre interesses particulares é o fundamento da moderna compreensão do conceito de poder de polícia, ampliando a discricionariedade do Estado nas limitações impostas aos particulares.
- c) os atos praticados no exercício do poder de polícia não são autoexecutórios, daí a necessidade de o poder público recorrer ao Poder Judiciário para, por exemplo, demolir uma edificação irregular.
- d) as vistorias periódicas em edifícios, bem como as pesagens em caminhões nas estradas são exemplos de atuação do Estado por meio do poder de polícia de fiscalização, a qual pode ser repressiva ou preventiva.

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- Juiz Federal Substituto, IBFC, 2018. Ato administrativo de fiscalização é o poder de polícia que consiste em verificar se o administrador exerce o direito conforme a lei. Ex.: Blitz, revista pessoal em aeroporto, vistoria em edifícios. Em regra, os atos decorrentes do poder de polícia são autoexecutórios. O fundamento do poder de polícia é a supremacia do interesse público, ou seja, o interesse da coletividade. Segundo o autor, licença é ato administrativo vinculado e definitivo; autorização é ato discricionário e precário.

24. A Lei n. 8.429, de 2.6.1992, é o diploma regulador da improbidade administrativa. Com relação ao seu conteúdo, integrado pela jurisprudência do STJ, analise as assertivas abaixo e, ao final, assinale a alternativa correta:

- I. se houve incorporação de verba repassada pela União ao patrimônio do Município, a competência para apurar eventual ato de improbidade cometido pelo Prefeito é da justiça federal.
- II. Dispõe o verbete 209, da súmula de jurisprudência do STJ que compete à justiça estadual processar e julgar Prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.
- III. A configuração de ato de improbidade administrativa, descrito no art. 11 da Lei n. 8.429/92 dispensa a demonstração da ocorrência de dano para a administração pública ou o enriquecimento ilícito do agente.
- IV. É necessária a demonstração de risco para a administração em obter ressarcimento do dano, como por exemplo na transferência de bens por parte do agente, para fundamentar a decretação de indisponibilidade de bens.
  - a) Apenas a alternativa I está correta.
  - b) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
  - c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
  - d) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- Juiz Federal Substituto, IBFC, 2018. Súmula 209-STJ: Compete à justiça estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal. Súmula 208-STJ: Compete à justiça federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal. Para a configuração dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública (art. 11 da Lei 8.429/1992), é DISPENSÁVEL a comprovação de efetivo prejuízo aos cofres públicos. Pode ser decretada a indisponibilidade dos bens ainda que o acusado não esteja se desfazendo de seus bens.

25. Um município iniciou procedimento licitatório de concorrência para contratação de um determinado serviço. Foi publicado o edital e iniciada a fase de habilitação. No julgamento das habilitações assim procedeu a administração:

- I. A proponente X foi inabilitada por não atender ao requisito do edital quanto ao número mínimo de empregados e anos de existência com atuação no mercado.
- II. A proponente Y foi inabilitada por se tratar de uma empresa de pequeno porte, que não pode participar da licitação de acordo com as regras vigentes.
- III. A proponente Z foi inabilitada por estar com a certidão de débitos fiscais federais positiva.
- IV. A proponente W foi inabilitada por serem empresas em consórcio, uma vez que o edital vedava a participação de consórcios, já que o objeto da licitação era simples.

Com base em referidas informações indique a alternativa correta:

- a) Todas as decisões de inabilitações acima referidas são ilegais por ferirem o postulado da competitividade, restringindo de forma indevida a participação do maior número de concorrentes.
- b) Todas as decisões de inabilitação referidas estão corretas. A administração deve garantir a lisura e seriedade no cumprimento das exigências fixadas no edital.
- c) As decisões III e IV estão corretas. É critério da administração, desde que conste no edital a vedação quanto à participação de empresas em consórcio, especialmente em licitações simples.
- d) Somente a decisão II está correta uma vez que empresas de pequeno porte não possuem capital social e recursos mínimos necessários para contratarem com a administração pública.

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- Juiz Federal Substituto, IBFC, 2018. Lei nº 8.666/93, arts. 5º-A, 27, IV, 29, III, 30, II e § 1º, I, e 33.

26. Com relação ao regime jurídico dos bens públicos, é correto afirmar que:

- a) os bens imóveis da União não afetados à atividade pública podem ser objeto de uso privativo por particular até mesmo para fins residenciais. Nesse caso, no entanto, não há que se falar em locação, instituto exclusivo de direito privado, mas em concessão, instituto de direito público.
- b) é possível a alienação de bens públicos de uso comum ou de uso especial, desde que ocorra previamente a desafetação do bem.
- c) o bem público de uso comum é utilizado por todos da coletividade em igualdade de condições e de forma gratuita.

- d) a concessão de uso de bem público é um contrato administrativo por meio do qual o particular tem uso exclusivo do bem, em geral para desenvolvimento de atividade pública de grande vulto. Assim, a administração, em nome do interesse público, pode escolher livremente o concessionário..

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- Juiz Federal Substituto, IBFC, 2018. Art. 64 do Decreto-Lei nº 9.760/46, arts. 99, I, 100, 103, CC/02, e art. 2º da Lei nº 8.666/93.

27. O serviço público poderá ser prestado direta ou indiretamente pelo Estado e neste aspecto, de acordo com o texto constitucional do art. 175, a prestação indireta se dará sob o regime de permissão ou concessão. A respeito da concessão e permissão de serviços públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A concessão de serviço público pode ser definida como o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública delega a outrem a execução de um serviço público, para que o execute em seu próprio nome, por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário ou outra forma de remuneração decorrente da exploração do serviço.
- II. A encampação que consiste em retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, e a declaração de caducidade da concessão decorrente da inexecução total ou parcial contrato representam situações de extinção da concessão.
- III. A permissão e a concessão de serviços públicos apresentam, entre outras, a seguinte diferença: a primeira dispensa a exigência de licitação e pode ser feita à pessoa física ou à jurídica que, por sua conta e risco, demonstre capacidade para seu desempenho; já a segunda, só à pessoa jurídica ou a consórcios de empresas e não prescinde de licitação.
- IV. De acordo com a Lei nº 8.987/1995, se extinta a concessão de serviço público em razão do advento do termo do contrato e o poder concedente venha a decidir que os bens afetados ao serviço público, de propriedade do concessionário, sejam incorporados ao poder público, o instituto utilizado pelo poder concedente para incorporar os bens do concessionário ao patrimônio público denomina-se reversão.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II, III e IV.
- b) I e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- Juiz de Direito Substituto, Consulplan, 2018. Art. 2º, IV, da Lei nº 8.987/95. Nenhuma das duas modalidades dispensa a licitação. A permissão exige licitação em qualquer modalidade e a concessão exige a modalidade concorrência.

28. Quanto ao ato administrativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os atos administrativos presumem-se legítimos, presunção relativa, pois que não se trata de presunção absoluta e intocável.
- II. A teoria dos motivos determinantes está assentada no princípio de que o motivo do ato administrativo deve ser compatível com a situação de fato que gerou a manifestação de vontade.
- III. Anulação é modalidade de extinção do ato administrativo por motivo de oportunidade ou conveniência, ao passo que revogação é a extinção por ilegalidade do ato.
- IV. A convalidação tem efeitos ex nunc, por não ser possível retroagir seus efeitos ao momento em que foi praticado o ato originário.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.

**Justificativa: Prof. Álisson Melo**

- Juiz de Direito Substituto, Consulplan, 2018. Os atos administrativos se submetem a presunção juris tantum, admitindo prova em contrário. O vício no motivo falso ou inexistente implica a nulidade do ato administrativo. Anulação é a extinção de um ato por ilegalidade, vício, podendo ser admitida pela administração e pelo poder jurídico. Convalidação é quando se admite um ato ilegal consertando sua ilegalidade não altera seus efeitos.

29. Apesar de pretender se ocupar exclusivamente de condutas especialmente graves, a lei penal, em virtude de seu caráter abstrato e generalíssimo, pode alcançar condutas praticamente insignificantes, a deslegitimar a intervenção penal, motivo pelo qual a doutrina sistematizou o que hoje conhecemos por princípio da insignificância.

(QUEIROZ, P. S. Direito Penal: parte geral. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. Adaptado)

A respeito do princípio da insignificância, mencionado no texto, assinale a opção correta.

- a) A adoção desse princípio, no caso concreto, constitui um excludente de ilicitude, pois, embora formalmente típica, a conduta não traduz uma lesão digna de tutela penal.

- b) O fato típico, com o reconhecimento de sua insignificância, constitui violação relevante ao bem jurídico tutelado, merecedora da tutela penal.
- c) A configuração da tipicidade, de acordo com esse princípio, requer uma análise formalmente valorativa das circunstâncias do caso concreto.
- d) O reconhecimento desse princípio constitui critério de interpretação restritivo, com base na concepção material do tipo penal.

**Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno**

- Item A errado. As excludentes legais de ilicitude, que tornam lícita uma conduta típica, são: estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal.

Item B errado. Se a ofensa é considerada insignificante, não há violação relevante ao bem jurídico tutelado.

Item C errado. Na verdade, a análise que o princípio da insignificância impõe é uma análise material, e não formal.

Item D correto. A tipicidade penal de uma conduta tem duas dimensões, uma dimensão formal e uma dimensão material. A tipicidade formal consiste na adequação literal da conduta praticada à descrição que consta no tipo penal incriminador. Mas essa adequação formal não é suficiente para concluir que a conduta é penalmente típica. Faz-se necessária ainda uma análise material sobre a efetiva ofensa ao bem jurídico tutelado, e nisso consiste a tipicidade material. A insignificância da ofensa afasta a tipicidade na sua dimensão material.

30. Relativamente aos crimes contra a Administração Pública, avalie as situações hipotéticas apresentadas nos itens a seguir.

- I. Pratica crime de peculato-apropriação o funcionário que, não tendo a posse de dinheiro, valor ou bem, o subtraia ou concorra para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
- II. Pratica crime de concussão o servidor que exija, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função exercida na Administração ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- III. Pratica crime de corrupção passiva o servidor que solicite ou receba, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função exercida na Administração ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida ou aceite promessa de tal vantagem.

É correto o que se afirma em

- a) II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

**Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno**

- Item I errado. O peculato-apropriação pressupõe a posse legítima do bem ou do valor em razão do cargo. É precisamente nisso que se diferencia do peculato-furto, crime em que o funcionário público subtrai algo de que não tem a posse.

Item II correto. O item apresenta a exata descrição do crime de concussão, que consta no art. 316 do Código Penal. Um aspecto merece destaque, para diferenciar o crime de concussão do crime de corrupção passiva, a saber, o núcleo do tipo penal. No crime de concussão a ação típica é “exigir” vantagem indevida, enquanto no crime de corrupção passiva a conduta típica é “solicitar” uma vantagem indevida, ou ainda “receber” ou “aceitar a promessa” de tal vantagem.

Item III correto. Como dito no comentário ao item anterior, o que diferencia o crime de corrupção passiva do crime de concussão é exatamente a ação nuclear. “Exigir” uma vantagem indevida, valendo-se de função pública, configura concussão. “Solicitar” vantagem indevida, valendo-se de função pública”, configura corrupção passiva, bem como no caso de o funcionário público “receber” ou “aceitar a promessa” da vantagem indevida.

31. A propósito de crimes praticados por particular contra a Administração em geral é correto afirmar:
- Para caracterizar o crime de usurpação de função pública é necessário que o agente aufera algum tipo de vantagem.
  - Se o crime de contrabando for praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial aplica-se a pena em dobro.
  - Aquele que solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem comete crime de corrupção ativa.
  - Aquele que oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício incorre nas penas da corrupção passiva.

**Justificativa: Prof. Mário Albuquerque**

- A causa de aumento é prevista no art. 334-A, Parágrafo 3º., do CP, com a redação dada pela Lei n. 13.008/14.

32. É considerado funcionário público, para os efeitos penais, dentre outras qualidades,
- aquele que, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
  - apenas aquele que exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, de natureza pública ou privada.

- apenas aquele que exerce cargo, emprego ou função pública remunerada.
- quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada, para a execução de qualquer atividade na Administração Pública.

**Justificativa: Prof. Mário Albuquerque**

- A norma penal explicativa é a do art. 327, do Código Penal, que conceitua o sujeito ativo próprio; funcionário público; e ainda, traz as figuras equiparadas.

33. De acordo com o Código Penal, com relação ao crime de peculato, assinale a alternativa correta.
- Pratica crime de peculato o servidor público que, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
  - Pratica o crime de peculato o Diretor de Penitenciária e/ou agente público que deixar de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
  - Pratica o crime de peculato o servidor público que revelar fato de que tem ciência em razão do cargo público e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.
  - Pratica o crime de peculato qualquer pessoa que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

**Justificativa: Prof. Mário Albuquerque**

- É a disposição do tipo penal do art. 312, parágrafo 1º do CP, também intitulado “peculato furto”.

34. João Carga D'Água, submetido a coação física irresistível, de forma involuntária, disparou arma de fogo contra Kasturba Ghandi., causando-lhe lesões corporais graves.
- De acordo com a teoria do Direito Penal, a conduta de João Carga D'Água é considerada indiferente penal, tendo em vista a ausência de:
- Tipicidade.
  - Punibilidade.
  - Culpabilidade.
  - Antijuridicidade.

**Justificativa: Prof. Alécio Saraiva**

- O conceito analítico de crime é composto por tipicidade, ilicitude e culpabilidade. A tipicidade, por sua vez, é composta dos seguintes elementos: conduta, resultado, relação de causalidade e tipicidade penal.

A conduta humana voluntária é a que interessa ao Direito Penal. A coação física irresistível exclui a conduta e, conseqüentemente, a própria tipicidade.

35. Bentinho, em virtude de desesperança existencial, provocou lesões corporais gravíssimas contra o seu próprio corpo, utilizando-se de uma arma branca. A referida conduta não é punida pelo Direito Penal com base no princípio:
- Da pessoalidade da pena.
  - Da irretroatividade da lei penal.
  - Da alteridade.**
  - Da bagatela.

**Justificativa: Prof. Alécio Saraiva**

- O princípio da alteridade (do Latim: alter: outro) ou transcendentalidade, aplicado ao Direito Penal, veda a punição de conduta humana que não ultrapasse a esfera individual do sujeito ativo. No caso concreto, o comportamento humano não atingiu bem ou interesse jurídico de outro cidadão. A autolesão é punida quando causa dano a outras pessoas, como, por exemplo, no caso de fraude a seguros (art. 171, § 2º, V – CP)

36. João convidou Paulo para juntos praticarem um furto a uma residência. João disse que há várias semanas observa a movimentação da casa e descobriu que no final de semana seguinte todos estariam viajando. Segundo João disse a Paulo, a casa não tinha sistema de vigilância eletrônica, cerca elétrica ou vigilante, nem mesmo cão de guarda. Considerando que a execução do plano seria relativamente fácil, Paulo concordou em atuar junto com João. Na noite do sábado seguinte, João e Paulo se dirigiram até a residência citada. Sem que Paulo soubesse, João levou consigo, por baixo da camisa, uma arma de fogo municada. Ambos pularam o muro da residência, arrombaram a porta da frente e, quando estavam guardando objetos de valor dentro de sacolas, eis que a empregada doméstica que trabalhava na casa (e que não viajou com a família proprietária da residência, informação que João e Paulo não conheciam), surpreendeu os dois agentes ao parecer na sala e começou a gritar. João, então, sacou a arma de fogo que levava consigo e deu três disparos na moça, que morreu em alguns segundos. Paulo entrou em desespero, porque jamais desejou participar de um latrocínio. Então, cada um dos agentes pegou uma sacola contendo objetos de valor e fugiram. Assinale a opção correta quanto ao enquadramento jurídico-penal da conduta de João e de Paulo nesse caso, segundo o Código Penal brasileiro e a sua interpretação doutrinária.
- os dois devem responder por latrocínio, ou seja, por roubo qualificado pela morte, uma vez que Paulo

também assumiu o risco de participar de um crime com esse resultado.

- os dois devem responder por furto, mas somente a pena de João deve ser aumentada até a metade, porque, para ele, o resultado morte era previsível.
- João deve responder por latrocínio sozinho, e Paulo deve responder apenas pelo crime que quis praticar, no caso, um furto.**
- ficou configurado um concurso de pessoas, de modo que os dois devem responder juntos por um mesmo crime, no caso, latrocínio, porque o resultado morte era previsível para os dois agentes.

**Justificativa: Prof. Raul Nepomuceno**

No caso, ocorreu um desvio subjetivo nas condutas: um agente quis participar de crime menos grave do que o crime que acabou sendo praticado, enquadrando-se na hipótese do art. 29, § 2º, do Código Penal brasileiro. Em casos assim, o agente que participou queria participar de crime menos grave deve ser punido pelo crime que quis praticar, e o agente que provocou o resultado mais grave deve responder sozinho pelo resultado mais grave.

37. “A solidão na qual os inquisidores trabalham, jamais expostos ao contraditório, fora dos grilhões da dialética, pode ser que ajude no trabalho policial, mas desenvolve quadros mentais paranóicos. Chamemo-os ‘primado das hipóteses sobre os fatos’: quem investiga segue uma delas, às vezes com os olhos fechados; nada a garante mais fundada em relação às alternativas possíveis, nem esse mister estimula, cautelarmente, a autocrítica; assim como todas as cartas do jogo estão na sua mão e é ele que as coloca sobre a mesa, aponta na direção da ‘sua’ hipótese. Sabemos com quais meios persuasivos conte [alguns irresistíveis: por exemplo, a tortura do sono, calorosamente recomendada pelo pio penalista Ippolito Marsili]; usando-a orienta o êxito para onde quer. Nos processos milaneses sobre a peste manufaturada, junho-julho de 1630, vemos como juízes por nada desonestos, antes inclinados a um incomum garantismo, fabriquem delito e delinqüentes: o inquirido responde docilmente; o inquisidor lhe retira da cabeça os fantasmas que lhe há projetado.”  
(CORDERO, Franco. Guida allá procedura penale. Torino: UTET, 1986, p. 51-52 apud COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Sistema acusatório. Cada parte no seu lugar constitucionalmente demarcado. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 46, n. 183, p. 103- 116, jul./set. 2009, p.104.)
- É correto o que se afirma em:
- O denominado “processo judicialiforme”, aquele iniciado pela própria autoridade judicial, a exemplo daquele previsto da Lei de Contravenções Penais (Art. 26. A ação penal, nas contravenções, será

iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial), foi recepcionado pela atual Ordem Constitucional, tratando-se de exceção ao sistema acusatório;

- b) A investigação criminal levada a efeito pelo próprio Ministério Público constitui flagrante ofensa ao sistema acusatório, sendo esta, aliás, a razão pela qual o Supremo Tribunal Federal possui entendimento firmado inadmitindo-a;
- c) **Norteado que é pelo sistema inquisitivo, a doutrina aponta que, embora com algumas atenuações, o Inquérito Policial é informado basicamente pelas três seguintes características: a) não há separação de funções; b) não há ampla defesa; c) não há contraditório;**
- d) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, estejam ou não documentados, tratem ou não de medidas cautelares em andamento, sejam objeto de procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, e digam respeito ao exercício do direito de defesa.

**Justificativa: Prof. André Zech**

- a) O processo judicialiforme, no qual se permitia que a ação penal pública nas contravenções penais fosse iniciada por auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pelo juiz ou pela autoridade policial, não foi recepcionado pela CF/88, dada a nítida ofensa ao sistema acusatório;

b) A questão foi assim decidida pelo STF: (...) 4. Questão constitucional com repercussão geral. Poderes de investigação do Ministério Público. Os artigos 5º, incisos LIV e LV, 129, incisos III e VIII, e 144, inciso IV, § 4º, da Constituição Federal, não tornam a investigação criminal exclusividade da polícia, nem afastam os poderes de investigação do Ministério Público. Fixada, em repercussão geral, tese assim sumulada: “O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados (Lei 8.906/94, artigo 7º, notadamente os incisos I, II, III, XI, XIII, XIV e XIX), sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de Direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa instituição”. Maioria. 5. Caso concreto. Crime de responsabilidade de prefeito. Deixar de cumprir ordem judicial (art. 1º, inciso XIV, do Decreto-Lei nº

201/67). Procedimento instaurado pelo Ministério Público a partir de documentos oriundos de autos de processo judicial e de precatório, para colher informações do próprio suspeito, eventualmente hábeis a justificar e legitimar o fato imputado. Ausência de vício. Negado provimento ao recurso extraordinário. Maioria. (RE 593727, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 14/05/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-175 DIVULG 04-09-2015 PUBLIC 08-09-2015)

- c) Correto;
- d) A assertiva encontra-se dissonante do quanto fixado na Súmula Vinculante n. 14. Não obstante seja garantido o acesso amplo, não poderia tal garantia frustrar a própria investigação, razão pela qual não se estende aos elementos de prova não documentados que se referem a diligências cautelares em curso. Este o teor da súmula: É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

**38.** Sobre as condições da ação penal, responda:

- a) **Diante de denúncia criminal que descreva fato penalmente atípico deve o juiz, com fundamento na impossibilidade jurídica do pedido, rejeitá-la.**
- b) Aceita a jurisprudência pátria, de maneira pacífica, com fundamento na falta de interesse de agir, a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, naqueles casos em que for possível se antever que a eventual pena aplicada ao acusado estará fulminada pela prescrição em concreto.
- c) Ação penal em face de acusado que, ao tempo do crime, era menor de 18 anos, carece de justa causa, por não haver que se falar em crime, senão ato infracional.
- d) O reconhecimento de eventual ilegitimidade da parte resultará, independentemente do momento processual, na mesma consequência jurídica: rejeição da exordial acusatória.

**Justificativa: Prof. André Zech**

- a) item correto;
- b) A prescrição em perspectiva (ou virtual) não vem merecendo acolhida em sede jurisprudencial, a teor do enunciado sumular n. 438 do STJ - É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal. (Súmula 438, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/04/2010, DJe 13/05/2010)
- c) Há ofensa, no caso, à legitimidade passiva;

d) A depender do momento, serão distintas as consequências: Se no início da ação penal, cabe ao magistrado rejeitá-la (art. 395, II, CPP), se em momento posterior, deverão ser anulados os atos processuais (art. 564, II, CPP).

39. São exemplos de competências absolutas no Processo Penal:

- Competência fixada em razão da prevenção; em razão da pessoa (*rationae personae*); competência em razão do lugar (*ratione loci*).
- Competência por distribuição; competência funcional; competência fixada por conexão e continência.
- Competência em razão da pessoa (*rationae personae*); competência em razão da matéria (*rationae materiae*); competência funcional.
- Competência em razão do lugar (*ratione loci*); competência por distribuição; competência fixada por conexão e continência; e competência fixada em razão da prevenção.

**Justificativa: Prof. André Zech**

- Somente a assertiva de letra "c" retrata todas as espécies de competência absoluta.

40. De acordo com o CPP, são exceções, exceto:

- suspeição.
- conexão e continência.
- ilegitimidade de parte.
- litispendência.

**Justificativa: Prof. André Zech**

- Somente a assertiva de letra "b" retrata situação que não se encaixa dentre as exceções processuais previstas no art. 95 do CPP.

41. João Inocêncio foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes, por ter na noite do dia 20 de outubro de 2018, na companhia do menor Francisco Anjo, subtraído, para si, diversos produtos da loja Eletrônica Benedito, localizada na Cidade de Gotham City, causando, assim, prejuízo total de R\$ 4.5000,00 (quatro mil e quinhentos reais). Recebida a denúncia pelo Magistrado competente e determinada sua citação, João Inocêncio, que se encontrava preso cautelarmente na Cadeia local, foi devidamente citado pelo Oficial de Justiça, que lavrou a correspondente certidão a respeito, tendo empreendido fuga, contudo, momentos após. Diante da situação exposta, responda:

- Deve o magistrado nomear defensor dativo para apresentar resposta à acusação, se não tiver o acusado advogado constituído, prossequindo o feito em seus ulteriores termos, decretando-se a revelia de João Inocêncio, sem que se possa falar, no caso,

de qualquer ofensa aos princípios da ampla defesa e contraditório, isso porque foi pessoalmente citado para responder a ação penal, não podendo alegar o seu desconhecimento.

- O processo, diante da fuga de João Inocêncio, deve ser suspenso, aguardando-se sua recaptura, sob pena de grave ofensa aos princípios da ampla defesa e contraditório, vedada a produção de qualquer prova antecipada.
- Deve o magistrado, diante da fuga de João Inocêncio, determinar nova citação, agora por edital.
- O processo, diante da fuga de João Inocêncio, deve ser suspenso, aguardando-se sua recaptura, sob pena de grave ofensa aos princípios da ampla defesa e contraditório, permitida, contudo, a produção antecipada de provas, quando houver o risco de perecimento da prova testemunhal.

**Justificativa: Prof. André Zech**

- A questão versa acerca dos arts. 366 e 367 do CPP. Por ter sido citado pessoalmente para responder a ação penal, aplica-se o art. 367 do CPP. A suspensão do feito na espécie somente teria espaço diante de sua citação por edital, a teor do art. 366, do CPP.

42. Chico Bill, pronunciado pelo crime de homicídio qualificado por motivo torpe e impossibilidade de defesa da vítima, não obstante regularmente intimado para comparecer ao julgamento em plenário, não se fez presente no dia designado:

- Estando Chico Bill preso, deverá o julgamento ser adiado para o primeiro dia desimpedido da mesma reunião, mesmo que tenha havido pedido de dispensa de comparecimento, subscrito por ele e seu defensor;
- Estando Chico Bill solto, mesmo que haja alguma justificativa razoável, apresentada oportunamente, não poderá ser redesignado o julgamento;
- Estando Chico Bill preso, seja qual for a razão para sua ausência, não será redesignado o ato, isto para que não reste configurado excesso de prazo e, eventualmente, o relaxamento de sua prisão;
- Estando Chico Bill solto, o não comparecimento para a data de julgamento em plenário não impedirá a realização do julgamento, sendo certo, ainda, que por se tratar de direito seu, não poderá a sua ausência gerar qualquer sanção para o acusado, como, por exemplo, o decreto de prisão preventiva.

**Justificativa: Prof. André Zech**

- a) Incorreto. Art. 457, §2º, CPP.
- b) Incorreto. Art. 457, §1º, CPP.
- c) Incorreto. Art. 457, §2º, CPP.
- d) Correto. Art. 457, caput, CPP.



43. “Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse” (art. 565, CPP). Extrai-se do dispositivo transcrito o:

- a) Princípio da causalidade.
- b) Princípio do prejuízo.
- c) Princípio do interesse.
- d) Princípio da conservação dos atos processuais.

**Justificativa: Prof. André Zech**

- Causalidade (art. 573, §§1º e 2º, CPP) e conservação dos atos processuais (art. 282, CPC). Prejuízo (arts. 563 e 566, CPP)

44. Acerca do princípio da proibição da *reformatio in pejus*, é INCORRETO afirmar:

- a) Impede que recursos, mesmo que provenientes exclusivamente da acusação, agravem a situação jurídica do réu.
- b) Impede que o Tribunal conheça, tratando-se de recurso exclusivamente da defesa, de qualquer matéria – mesmo que se trate de questão de ordem pública – que possa trazer maior gravame ao acusado.
- c) Há duas modalidades de reformatio in pejus, a direta e a indireta. Na reformatio in pejus direta é vedado que o tribunal agrave a situação do recorrente em recurso exclusivo da defesa. Já na reformatio in pejus indireta o tribunal anula o processo ou determina a realização de novo julgamento em recurso exclusivo da defesa e a nova sentença não poderá agravar a situação do acusado.
- d) Não há reformatio in pejus quando o Tribunal, ao analisar recurso da defesa, mantém a decisão proferida, mas altera a fundamentação.

**Justificativa: Prof. André Zech**

- Apenas a letra “a” está incorreta. Isso porque a proibição da reformatio in pejus aplica-se apenas em caso de recurso exclusivo da defesa. Desse modo, caso haja recurso da acusação, por óbvio que a situação do réu poderá ser agravada, caso seja dado provimento a ele.

45. Com base na Lei de Greve, 7783/89, é verdadeiro afirmar que:

- a) A paralisação total é um direito das categorias profissionais.
- b) O Sindicato auxilia os sujeitos ativos da greve a alcançarem seus objetivos de mudança das condições de trabalho.
- c) O exercício da greve incorpora uma vedação às demissões arbitrárias, o que pode ser visto como expressão de garantia ao trabalhador grevista.
- d) Servidor público está proibido de fazer greve no Brasil.

**Justificativa: Prof. Pascarelli**

- De acordo com as vedações expressas na lei 7783/89.

46. Com base na CLT reformada, no que tange ao poder das negociações coletivas e da autonomia privada no Direito do Trabalho Atual, pode-se afirmar que:

- a) A CLT reformada prevalece sobre as negociações, sempre, em caráter de jornada de trabalho e determina de intervalos dentro da jornada.
- b) O ACT assume posição de preponderância sobre a CCT, caso tratem da mesma matéria em sentidos diferentes e, também, caso estejam vigentes ao mesmo tempo, mesmo que o ACT represente direito menos favorável ao trabalhador.
- c) Fora criado o sistema de prevalência do negociado sobre o legislado.
- d) A lei não exclui direitos trabalhistas das tratativas negociais, especialmente no que está previsto nos artigos 611-A e 611-B da CLT.

**Justificativa: Prof. Pascarelli**

- De acordo com o texto da CLT reformada.

47. Interpretando-se as normas vigentes de segurança do trabalho em face da CLT após a reforma trabalhista, NÃO se pode dizer que:

- a) A negociação coletiva não pode alterar os intervalos de trabalho e as jornadas, conforme dispositivo do art. 611-B da CLT.
- b) As regras de iluminação e ventilação do local de trabalho, se observadas, contribuem para a diminuição das doenças laborais respiratórias e da visão.
- c) CIPA e SESMT representam alguns dos principais organismos de controle de segurança do trabalho dentro das empresas.
- d) A sinalização em cores e por sinais é de fundamental importância em todas as atividades laborais.

**Justificativa: Prof. Pascarelli**

- De acordo com o texto da CLT reformada, art. 611-B.

48. Rosalinda, empregada regularmente contratada e em gozo de licença-maternidade, recebeu seu contracheque de mês de setembro de 2018. A seu olhar, entendeu haver equívoco na base de cálculo do depósito fundiário correspondente, posto que não haviam sido computadas naquela base, as parcelas recebidas a título de salário-família e salário-maternidade. Em relação ao caso, é correto afirmar que:

- a) O equívoco refere-se apenas à parcela do salário-maternidade.
- b) O equívoco diz respeito apenas à parcela do salário-família.

- c) O contracheque está correto.
- d) Ambas as parcelas deveriam entrar na base de cálculo do FGTS.

**Justificativa: Prof. Pedro Jairo**

- O salário-maternidade, embora oriundo de benefício previdenciário, compõe a base de cálculo do FGTS, pois tal período de afastamento laboral conta como tempo de serviço efetivo. Art. 6º, IV Instrução Normativa SIT/MTb n. 99, de 23/08/2012. Previsão do art. 28, IV, do Decreto n. 99.684/90.

49. Felipe, engenheiro civil formado e empregado regular no comércio de Fortaleza, recebeu propostas do empregador para que fizesse acordos individuais escritos para a prática de banco de horas pelo período de quatro meses, como também para a redução do intervalo intrajornada para 40 minutos. Seu salário é fixo e alcança o total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por mês. Neste caso, é certo afirmar que:
- a) Só seria cabível firmar o primeiro dos acordos individuais, vez que o outro dependeria de previsão em acordo coletivo de trabalho.
  - b) Só seria cabível firmar o segundo dos acordos individuais, vez que o outro dependeria de previsão em convenção coletiva de trabalho.
  - c) Há possibilidade de firmar ambos os acordos, salvo se houver cláusula impeditiva constante em instrumento normativo, fruto de negociação coletiva.
  - d) Nenhum dos pactos individuais seria possível, diante de vedação expressa na lei trabalhista.

**Justificativa: Prof. Pedro Jairo**

- Há possibilidade de, em ambos os casos, ser firmado acordo individual escrito. Art. 59, § 5º, da CLT e Art. 444, parágrafo único, da CLT.

50. Pedro Augusto tem contrato de trabalho regular com início em 01/04/2017. Ao longo do seu primeiro período aquisitivo faltou, de forma injustificada, por seis vezes, em seis semanas distintas. Com base nestes dados, é correto afirmar que:
- a) Para o cômputo dos dias de férias a gozar, só serão levados em conta os dias da semana em que não trabalhou, independentemente de quaisquer descontos efetuados em relação ao repouso semanal remunerado.
  - b) No cálculo do período de gozo de férias, importa é o número de semanas em que se ausentou.
  - c) O cálculo do período de férias a ser gozado considerará tanto os dias de repouso semanal descontados, como os dias em que o empregado efetivamente não trabalhou.

- d) O gozo de férias permanecerá intacto, pois as faltas só seriam consideradas se superassem o total de oito dias não trabalhados.

**Justificativa: Prof. Pedro Jairo**

- Apenas as faltas injustificadas acima de cinco, independente de reflexos na remuneração do repouso semanal, serão consideradas na redução do cálculo dos dias de gozo das férias. Art. 130, da CLT.

51. Em razão dos 30 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva incorreta sobre o modo como o trabalho foi constitucionalizado na Carta Magna :
- a) A constituição federal preserva direitos mínimos indisponíveis e irrenunciáveis assegurados aos trabalhadores e preservadores da dignidade da pessoa humana. O texto constitucional permite expressamente a possibilidade de arbitragem em conflitos coletivos.
  - b) Para o direito coletivo do trabalho, a constituição pretendeu conciliar o princípio da liberdade sindical com resquícios da tradição corporativista da unicidade sindical, contribuição sindical obrigatória e obrigatoriedade de participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
  - c) A Constituição tutelou a participação dos trabalhadores na gestão da empresa e a proteção contra a automação.
  - d) A Constituição incluiu expressamente a proteção ao meio ambiente do trabalho como uma das espécies de meio ambiente.

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

- A contribuição sindical obrigatória não foi prevista pelo texto constitucional.

52. Leia a reportagem:

Apesar dos progressos no tratamento que permitem às pessoas que vivem com HIV a trabalhar, elas continuam a ser discriminadas e têm mais dificuldades em manter os empregos e progredir na carreira. A conclusão é de uma pesquisa da Organização Internacional do Trabalho, OIT, apresentada esta semana na 22ª Conferência Internacional sobre Aids, em Amsterdã, na Holanda. O estudo foi realizado em 13 países, entrevistando mais de 100 mil pessoas. Grande parte dos entrevistados está desempregada. A taxa varia de 7% em Uganda até 61% em Honduras. Dentre os países analisados, 10 nações tinham taxas de desemprego de 30% ou mais. Este problema afeta mais os jovens, com porcentagens que vão de 11% na Coreia do Sul a 61% na Grécia.

Quatro países têm valores acima de 50%. Um deles é Timor-Leste, a única nação lusófona no estudo, onde metade dos jovens que vivem com HIV está desempregada.

Notícia de 26/07/2018 extraída de [agenciabrasil.ebc.com.br](http://agenciabrasil.ebc.com.br)

A proteção contra a despedida arbitrária no direito brasileiro é constitucionalmente assegurada. Entretanto, não são poucos os casos apreciados pelos tribunais em que se discute a validade de dispensas de empregados portadores do vírus HIV. A respeito do tema, em conformidade com o entendimento do TST, é CORRETO afirmar que:

- a) O empregado despedido por esse motivo não poderá ajuizar reclamação trabalhista com pedido de antecipação de tutela para obter sua reintegração ao emprego, tendo em vista ser incabível no direito processual do trabalho tal modalidade de provimento jurisdicional.
- b) O empregado despedido por ser portador do vírus HIV e que demonstre ter sido dispensado arbitrariamente por esse motivo, ao ingressar com sua reclamação trabalhista não poderá ser reintegrado por ordem judicial em razão de ausência de previsão legal.
- c) O empregado despedido por ser portador do vírus HIV e que recebeu a indenização de 40% dos depósitos de sua conta vinculada de FGTS não pode rediscutir judicialmente a sua despedida, em face do ato jurídico perfeito da rescisão contratual válida.
- d) **Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito.**

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

- A assertiva está em conformidade com a Súmula 443 do TST

53. No Ato 329/SEGJUD.GP de 17 de julho de 2018, o Tribunal Superior do Trabalho divulgou os valores referentes aos limites de depósito recursal. Pela nova tabela, que passou a vigorar em 01 de agosto de 2018, o limite do depósito para a interposição de Recurso Ordinário passa a ser de R\$ 9.513,16. Já nos casos de Recurso de Revista, Embargos, Recurso Extraordinário e recurso em Ação Rescisória, o valor será de R\$ R\$ 19.026,32.

Diante das informações acima, assinale a assertiva incorreta:

- a) **Em uma condenação de R\$ 12.500 a um empregador doméstico, o depósito recursal para ajuizamento de um Recurso Ordinário pelo empregador será de R\$ 9.513,16.**
- b) O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança.

- c) No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal deve corresponder a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- d) Os beneficiários da justiça gratuita são isentos do depósito recursal.

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

- O item está incorreto porque o valor do depósito recursal será reduzido pela metade para empregadores domésticos, conforme art 889 § 7º da CLT ( atualizado com a Lei 13467/17)

54. Paulo das Chagas trabalhou na construtora Casa Feliz S.A. como pedreiro por três anos, findos os quais foi dispensado por justa causa sob a alegação de que estava desviando sacos de cimento da obra e vendendo esse material a terceiros. Inconformado, ajuizou reclamação trabalhista postulando horas extras e a anulação da justa causa, com o consequente pagamento das verbas como se a dispensa tivesse sido feita sem justa causa. Distribuída a demanda em 30/01/2018, foi designada audiência para o dia 10/04/2018. Na hora designada as partes foram apregoadas e sentaram-se à mesa de audiências. O juiz indagou do preposto qual era a sua relação com a construtora, tendo ele dito que era um terceirizado da empresa que cuidava da parte de limpeza e conservação. O juiz pediu a CTPS do preposto, constatando que ela fora assinada pela Limpa Tudo Serviços Terceirizados Ltda.

Diante do caso concreto, assinale a assertiva correta:

- a) **É possível que o preposto seja o terceirizado, independentemente do porte da empresa**
- b) O preposto neste caso concreto deverá ser necessariamente um empregado da construtora Casa Feliz S.A, portando uma carta de preposição
- c) No caso concreto não se deve aplicar as regras processuais da Reforma Trabalhista em relação ao comparecimento e representação das partes em audiência
- d) A conduta do empregado do desvio de sacos de cimento da obra configura incontinência de conduta na caracterização de uma justa causa.

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

- O item A está correto visto que o art. 843 § 3º da CLT, o preposto não precisa ser empregado da empresa.

55. Um auditor fiscal do trabalho em Fortaleza-CE verificou que uma empresa de grande porte não cumpria os percentuais mínimos de empregados com deficiência e de aprendizes, razão pela qual aplicou-lhe penalidade administrativa. A empresa não se conformou com a aplicação da multa, afirmando que buscou pessoas com deficiência para

que viessem integrar o seu quadro de empregados, mas não encontrou pessoas minimamente qualificadas para tal fim; em relação aos aprendizes, sustentou que possui poucas funções que demandem formação profissional.

Para tentar anular o auto de infração lavrado, indique o endereçamento mais apropriado para um eventual Mandado de Segurança?

- Ao Juízo da \_\_\_ Vara Cível da comarca de Fortaleza-CE
- MM Juízo Trabalhista da \_\_\_ Vara do Trabalho de Fortaleza-CE**
- Ao Juízo da \_\_\_ Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza-CE
- Egrégio Tribunal Regional da 7ª Região.

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

- Trata-se de um Mandado de Segurança de competência funcional de uma Vara do Trabalho, conforme art. 114-VII da CF/88.

56. Lucas Abraão, um ano e meio após ser dispensado, ajuizou ação trabalhista pretendendo horas extras em face da empresa Fictícia S/A, que possui 300 empregados. No dia da audiência, ele, injustificadamente, não compareceu. Um ano depois dessa data, Lucas Abraão ajuizou nova ação, com pedido de horas extras e adicional de periculosidade. A audiência foi designada para dois meses depois. Novamente, de forma injustificada, Lucas Abraão não compareceu. Quinze dias após, ele ajuizou, mais uma vez, a mesma ação.

Diante do caso concreto,

- Deverá ser arguida a preempção provisória entre a data do arquivamento da primeira ação e o ajuizamento da segunda ação
- Deverá ser arguida a prescrição do pedido de adicional de periculosidade**
- O arquivamento do segundo processo impede o ajuizamento do terceiro
- O ônus da prova do pedido de horas extras é do reclamante, visto se tratar de fato constitutivo alegado pelo autor.

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

- Deverá ser arguida a prescrição do pedido de adicional de periculosidade, pois a primeira demanda interrompeu o curso do prazo prescricional apenas do pedido de horas extras, nos termos da Súmula 268 do TST.

57. Numa reclamação trabalhista movida em litisconsórcio passivo, o autor João Silvestre e a empresa reclamada Petrosil (sociedade de economia mista) foram vencidos reciprocamente em alguns pedidos, tendo ambos se quedado inertes no prazo recursal. Porém, a empresa reclamada Fictícia S/A (pessoa jurídica de direito

privado), vencida também em relação a alguns pedidos na referida ação trabalhista, interpôs tempestivamente recurso ordinário, com observância dos pressupostos legais de admissibilidade, tendo inclusive efetuado o preparo. Em seguida, o Juiz do Trabalho notificou as partes para que oferecessem suas razões de contrariedade, em igual prazo ao que teve o recorrente. Os advogados das empresas Petrosil e Fictícia S/A pertencem a escritórios de advocacia distintos.

Assinale a assertiva correta:

- No caso dos litisconsortes passivos que tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para recorrer.
- O autor João Silvestre ainda pode manifestar seu inconformismo através de um recurso ordinário adesivo, interposto junto com as contrarrazões do Recurso Ordinário.**
- O preparo efetuado pela parte recorrente é dispensável neste caso concreto visto se tratar de demanda envolvendo administração pública indireta.
- O Recurso Ordinário do caso concreto deve ser interposto diretamente no Tribunal Regional do Trabalho, de modo que o juiz do trabalho é incompetente para recebê-lo.

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

- Em razão da sucumbência recíproca, o Recurso Adesivo é cabível, com fulcro na Súmula 283 do TST.

58. Cláudio da Silva é motorista de transporte interurbano contratado pela empresa Rio de Pedra LTDA para prestar serviços nos deslocamentos de produtos e funcionários da empresa em todas as cidades do estado do Ceará. O empregado viajante está vinculado à filial da empresa na cidade de Baturité, o contrato foi assinado em Fortaleza e prestação de serviços é realizada principalmente em Quixadá, Sobral, Guaraciaba do Norte e Ibicuitinga.

Sabendo que Cláudio da Silva ajuizou reclamação trabalhista na 1ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE e que Rio de Pedra LTDA pretende apresentar exceção de incompetência, assinale a assertiva incorreta:

- a competência territorial para este processo deverá ser em Baturité e não em Fortaleza
- a exceção de incompetência territorial deve ser oferecida na 1ª Vara de Fortaleza, no prazo de cinco dias, a contar da notificação, antes da audiência.
- Da decisão do juiz que acolhe exceção de incompetência territorial da vara de Fortaleza, remetendo os autos para a a Vara de Baturité, cabe Recurso Ordinário**
- Protocolada a petição de exceção de incompetência territorial na 1ª Vara de Fortaleza-CE deverá ser

suspensão o processo e não será realizada a audiência trabalhista.

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

- Trata-se de viajante comercial, aplicando o art. 651 §1º da CLT (competência territorial no local da filial a que o empregado está vinculado). O procedimento da exceção de incompetência deverá observar o art. 800 da CLT, conforme os itens b e d. O item c está incorreto visto que, segundo a Súmula 214 do TST, só cabe recurso da decisão do juiz que acolhe exceção de incompetência remetendo os autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.

59. Determinada turma do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, em sede de Ação Rescisória, proferiu acórdão para desconstituir sentença proferida pela 1ª Vara do Trabalho de Fortaleza-CE, em ação ajuizada por José Severino contra a empresa Calçados Cearenses Ltda. Na referida ação, o juiz de primeira instância condenou a reclamada ao pagamento de verbas rescisórias. Entretanto, no Egrégio TRT 7ª Região, a sentença foi desconstituída e o TRT resolveu rejeitar totalmente os pedidos de pagamento de verbas rescisórias. Considerando a situação hipotética narrada e o interesse de José Severino recorrer do acórdão proferido pelo TRT da 7ª Região, assinale a assertiva correta:

- a) José Severino deve apresentar Recurso de Revista para o Egrégio Supremo Tribunal Federal, no prazo de 8 dias.
- b) José Severino deve apresentar Recurso de Revista para o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 dias.
- c) José Severino deve apresentar Recurso Ordinário para o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 08 dias.
- d) José Severino deve apresentar Recurso de Revista para o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 15 dias.

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

- Cabe Recurso Ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho de decisão de competência originária do Tribunal Regional do Trabalho (no caso a ação rescisória), conforme art 895-II da CLT.

60. As empresas Meta e Lurgia LTDA e Investir LTDA, pertencentes ao grupo econômico Vale dos Moinhos, são reclamadas em uma ação trabalhista ajuizada no dia 25 de maio de 2018, por Lucas Correia, que requereu a responsabilidade solidária dos integrantes do grupo empresarial em verbas trabalhistas. Você foi contratado para realizar uma consultoria jurídica às empresas. Assinale a assertiva correta:

- a) É facultado às empresas fazer-se substituir por um gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, independentemente do preposto ser um empregado do grupo econômico.
- b) Ainda que ausente as reclamadas, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
- c) Caso ausente a empresa Investir LTDA, será decretada sua revelia, mesmo que a empresa Meta e Lurgia conteste a ação.
- d) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego. Não haverá solidariedade se no grupo econômico cada empresa guarde sua autonomia, sem o modelo de hierarquia.

**Justificativa: Prof. Paulo Rogério**

- A assertiva C está correta em razão do art 844 §5º da CLT.

61. Praticado um ato jurídico de objeto lícito, mas cujo exercício, levado a efeito sem a devida regularidade, acarreta um resultado que se considera ilícito (FRANÇA, R. Limongi. Instituições de Direito Civil. 4. ed., Saraiva, 1991, p. 891), pode-se afirmar que o agente:

- a) cometeu ato ilícito que só pode determinar indenização por dano moral.
- b) incorreu em abuso do direito.
- c) praticou ato ilícito, mas que não pode implicar qualquer sanção jurídica.
- d) realizou negócio nulo.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

- Conforme art. 187/CC.  
Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

62. Gustavo alugou imóvel de sua propriedade para Andressa, tendo sido acertado que a dívida locatícia mensal é de natureza portátil, conforme disposição contratual. Ocorre que o locador mensalmente comparecia, na data do vencimento do aluguel, no imóvel da locatária e recebia os valores devidos, que importava R\$1.000,00. Face o fato jurídico assinale a alternativa correta:

- a) a dívida continua sendo portátil;
- b) opera-se a mudança do local do pagamento sem que haja alteração contratual formal, sendo isto uma espécie de "supressio".
- c) é alterado tempo do pagamento face mudança do local do pagamento;

- d) o local do pagamento é o do domicílio do credor, sendo alterável apenas por aditivo.

**Justificativa: Prof. Marcelo Siqueira**

- Vide artigo 330 do Código Civil. Ressalta-se que a alteração do tempo do pagamento ocorre em conformidade com o artigo 333 do CC. A dívida neste caso passaria a ser quesível.

63. Marque a alternativa correta:

- a) Nas obrigações de não fazer, caso haja inadimplemento, a única pena é a pecuniária;  
b) O lugar do pagamento sempre é passível de convenção;  
c) Dação em pagamento se confunde com novação objetiva passiva;  
d) **O direito civil brasileiro prevê, em certos casos, a presunção de pagamento. Isto é, sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes se presumem pagos.**

**Justificativa: Prof. Marcelo Siqueira**

- letra "d" por força do artigo 323 do CC. A letra "a" é errada, pois a determinação judicial pode ensejar desfazimento; A letra "b" é falsa quando o objeto da prestação se tratar de bem imóvel; A letra "c" é falsa, pois novação se caracteriza pela formação de nova obrigação, não existindo a novação objetiva passiva.

64. Tendo o imóvel vendido tamanho inferior ao definido no contrato de compra e venda, não terá o comprador direito à complementação de área em caso de:

- a) Venda de ascendente a descendente.  
b) **Venda ad corpus.**  
c) Venda sob condição resolutiva.  
d) Venda com cláusula de preferência.

**Justificativa: Prof. Vander Chaves**

- art. 500, §3º, do Código Civil.

65. Trata-se de diferença entre os direitos reais de enfiteuse e superfície:

- a) O exercício de posse direta pelo titular do direito;  
b) **A possibilidade de que seja devida uma quantia em favor do proprietário em caso de transferência do direito real a terceiro;**  
c) A previsão legal de direito de preferência em favor do titular;  
d) O caráter de direito real imobiliário.

**Justificativa: Prof. Vander Chaves**

- art. 1372, parágrafo único, do Código Civil.

66. Pedro, casado, reconheceu filho havido de relacionamento extraconjugal e, agora, pretende revogar tal ato. Assim, sendo, é correto afirmar:

- a) Pedro poderá revogar o reconhecimento, uma vez que realizado durante a constância da sociedade conjugal e em desrespeito à sua esposa legítima.  
b) Pedro somente poderá revogar o reconhecimento, caso tenha sido feito por testamento.  
c) A revogação do reconhecimento, direito consolidado em lei, in casu, não produz efeitos, pois mesmo antes do reconhecimento, já se aplicava a presunção de paternidade (pater est quem DNA demonstrat).  
d) **O reconhecimento do filho é irrevogável.**

**Justificativa: Prof. Tiago Filgueiras**

- Conforme artigos 1609 e 1610 do Código Civil.

67. Pedro era casado com Paula pelo regime de comunhão parcial de bens. O casal possui um único descendente: o filho Tiago, de 2 anos de idade. Pedro tinha como ascendente vivo seu pai Alexandre. Em um acidente de veículo, ocorrido em maio de 2016, faleceram Pedro e Tiago. Pedro deixou um único bem imóvel, o apartamento onde residia o casal, adquirido na constância do casamento, por herança de sua mãe. A respeito dessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- I – Se o laudo pericial não puder identificar quem morreu primeiro, Pedro ou Tiago, a herança de Pedro deverá ser dividida entre Paula e Alexandre.  
II – No caso de o laudo pericial comprovar que houve premissora de Pedro, a esposa Paula deverá receber toda a herança de Pedro, ficando proprietária exclusiva do apartamento.  
III – O cônjuge ocupa a terceira classe dos sucessíveis, na ordem de vocação hereditária, depois dos descendentes e dos ascendentes. Assim, a herança deverá ser recolhida pelo pai de Pedro, sendo assegurado a Paula o direito real de habitação.  
a) I e II estão erradas.  
b) II e III estão corretas.  
c) **Somente I está correta.**  
d) Somente II está correta.

**Justificativa: Prof. Tiago Filgueiras**

- Conforme artigo 1837 c/c artigo 8º do Código Civil.

68. Entre os poderes do juiz, ao fixar a indenização por responsabilidade civil extracontratual, acha-se o de:
- a) impor a pessoa incapaz, qualquer que seja a sua situação econômica ou financeira, condenação a indenizar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.  
b) desconsiderar, em qualquer hipótese, a sentença absolutória proferida no Juízo criminal.

- c) desconsiderar a circunstância de a vítima ter concorrido culposamente para o evento danoso.
- d) **reduzir, equitativamente, a indenização, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano produzido.**

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

- Conforme art. 944, parágrafo único do Código Civil.

69. De acordo com o entendimento do STJ, a responsabilidade civil do incapaz pela reparação de danos que houver causado, quando seus pais não tiverem meios de repará-los, será:

- I) solidária, mas mitigada.  
II) condicional.  
III) subsidiária e equitativa.  
IV) de eficácia diferida.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e II.  
b) I e III.  
c) I e IV.  
d) **II e III.**

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

- Conforme art. 928/CC.

70. Marcos e José celebraram acordo nos autos de uma ação reivindicatória, pedindo a homologação judicial do negócio celebrado. Após a homologação, Marcos postulou recurso de apelação, alegando que se arrependeu de celebrar a avença. Nessas condições, é correto afirmar que:

- a) Houve preclusão consumativa, pois o acordo, já firmado, não pode ser alterado após sua realização, notadamente diante da homologação que se sucedeu.
- b) **Houve preclusão lógica, e Marcos perdeu o direito de impugnar o acordo cuja homologação ele mesmo havia requerido.**
- c) Não há preclusão, e o recurso deverá ser analisado pelo Tribunal.
- d) Há preclusão sanção, pois, com a desobediência ao acordo, verifica-se um ilícito que retira o direito de impugnar o ato de homologação.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

- O comportamento contraditório do recorrente retira o direito à apreciação do recurso. Há preclusão lógica.

71. O Juízo da 25ª Vara Cível da Comarca de Brejo Santo-CE concedeu tutela provisória de urgência em desacordo com precedente firmado num IRDR julgado pelo Tribunal de Justiça do Ceará, que fora invocado pelo réu como fundamento para não-concessão da tutela provisória. Nesse caso, a decisão será impugnável:

- I) Por agravo de instrumento.  
II) Por reclamação.  
III) Por embargos de declaração.

Estão corretas as assertivas:

- a) I e II.  
b) I e III.  
c) II e III.  
d) **I, II e III.**

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

- Todas as assertivas estão corretas, em conformidade, respectivamente, com os arts. 1.015, I; 988; e 1.022 do Código de Processo Civil.

72. Contra pronunciamento de magistrado que, em primeiro grau, decida pelo acolhimento da impugnação ao cumprimento de sentença, caberá recurso de:

- a) **apelação, se o processo for extinto, ou de agravo de instrumento, se o processo prosseguir.**
- b) agravo de instrumento, em qualquer caso.  
c) agravo de instrumento, apenas se o recorrente demonstrar urgência.  
d) apelação, em qualquer caso.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

- A decisão que extingue o processo é impugnável por apelação; a que não o extingue, na execução ou no cumprimento de sentença, é impugnável por agravo de instrumento.

73. A respeito do princípio do contraditório no processo civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) O contraditório consiste em uma garantia de efetiva participação das partes no desenvolvimento de todo o litígio, mediante a possibilidade de influírem, em igualdade de condições, no convencimento do magistrado, contribuindo na descrição dos fatos, na produção de provas e no debate das questões de direito.
- b) **Em razão das máximas iura novit curia e da mihi factum dabo tibi ius, constitui tarefa privativa do juiz a aplicação do direito, independentemente da sua arguição pelas partes, cabendo a estas últimas apenas a alegação dos fatos. Quer isso dizer que o contraditório somente alcança as questões de fato, não sendo necessário para as questões de direito.**
- c) O contraditório guarda estreita relação com o princípio da isonomia, exatamente porque as partes devem dispor da possibilidade de expor suas versões, apresentar suas defesas e participar, enfim, do processo em idênticas oportunidades.
- d) O contraditório não é necessário apenas para a prolação da sentença de mérito, devendo ser observado ao longo de todo o procedimento, relativamente a todas as questões, sejam de rito ou de mérito.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

- O contraditório é princípio que assegura às partes contribuir para a formação do convencimento do magistrado, seja sobre questões de fato, seja sobre questões de direito. Cf. art. 10/CPC.

74. Em conhecido texto, José Carlos Barbosa Moreira admite a existência das chamadas “convenções processuais” ou, como prefere, “convenções celebradas pelas partes sobre matéria processual”. A respeito do assunto, é correto afirmar que:
- A desistência do recurso, realizada após a apresentação de contrarrazões, depende da concordância do recorrido.
  - Ressalvada a desistência da ação, os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais.
  - A competência material e a competência territorial podem ser modificadas por vontade das partes.
  - A renúncia ao direito de recorrer, quando manifestada depois da postulação do recurso, depende de concordância da parte contrária.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

- Regra contida no art. 200/CPC.

75. Caracteriza o pedido da Ação Civil de exibição de documento a:
- manifestação do Ministério Público sobre a existência de prejuízo, caso não ocorra a exibição.
  - explicação, pelo autor, de que existe o objeto do pedido e de que ele se encontra em poder da outra parte na relação processual.
  - demonstração, pelo autor, de que pretende conhecer documentos ou coisa para instruir ação de terceiros.
  - existência de documento que comprove a repetição de processos que contenham controvérsia acerca da mesma questão em direito.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

- Conforme art. 397/CPC.

76. Em um processo civil cooperativo, o exercício do poder jurisdicional exige a consideração da argumentação de todos os sujeitos processuais. Essa exigência corresponde:
- ao dever de tratar de forma isonômica as partes.
  - ao dever de boa-fé processual.
  - à obrigação de determinar que o autor emende a inicial antes de indeferi-la.
  - ao dever de justificar analiticamente as decisões judiciais.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

- A cooperação é modelo processual em que o contraditório é reforçado, seja do ponto de vista formal, seja em sua dimensão material. Há uma garantia das partes, relativa à fundamentação da decisão, consagrada, no CPC-15, no art. 489, § 1º.

77. Em determinado processo, o réu não foi citado nem apresentou contestação. O magistrado, além de não declarar o processo nulo, julgou-o, no mérito, favoravelmente ao réu. Nessa situação hipotética, a conduta do magistrado foi correta porque
- ele aproveitou atos que não dependem da citação.
  - ele julgou favoravelmente o mérito da causa para a parte que seria beneficiada caso a nulidade fosse decretada.
  - o autor não requereu a nulidade do processo.
  - o autor foi o causador da nulidade.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**

- A decretação de nulidade processual depende da alegação de existência de prejuízo. Se o réu, não citado, venceu o processo, não há invalidade.

78. Há alguns anos, era a comum a visão de que as preocupações com o meio ambiente prejudicariam o crescimento e a industrialização dos países em desenvolvimento. À época, a prioridade era a aceleração do crescimento econômico, e acreditava-se que as externalidades negativas, equivalentes ao custo ambiental resultante da degradação ocorrida nesse processo produtivo, seriam neutralizadas com o progresso dessas nações. No que concerne a esse assunto, a Constituição Federal:
- incluiu o princípio da defesa do meio ambiente na ordem econômica, demonstrando, com isso, que o desenvolvimento não pode estar dissociado da proteção ambiental, uma vez que ele sempre gera algum tipo de impacto ao meio ambiente.
  - posiciona-se em favor do desenvolvimento econômico, já que não há progresso sem produção de algum impacto negativo ao meio ambiente e que o enquadramento nos padrões de desenvolvimento sustentável só é possível às nações desenvolvidas.
  - assume que o princípio do desenvolvimento sustentável é passível de interpretações divergentes e, portanto, mostra-se inaplicável no controle das atividades produtivas de grandes e médias empresas.
  - impõe uma série de medidas que restringem o direito à propriedade, à livre iniciativa e à livre expressão, condicionando o exercício desses direitos ao princípio do desenvolvimento sustentável.

**Justificativa: Profa. Germana Belchior**



- O art. 170, inciso VI, CF/88, incluiu a defesa do meio ambiente como um dos princípios da ordem econômica, buscando, desse modo, um equilíbrio entre economia e meio ambiente, fortalecendo o princípio do desenvolvimento sustentável e o princípio da função socioambiental da propriedade.

79. A Lei de Migração, que revogou o Estatuto do Estrangeiro, traz disciplina sobre a concessão de visto ou autorização de residência para fins familiares. Referido visto não será concedido ao imigrante:

- cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma.
- filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência.
- ascendente, descendente até o terceiro grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência.
- que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda.**

- Conforme o art. 37 da Lei Federal nº 13.445/2011 (Lei de Migração), a autorização pode ser concedida para parentes até o segundo grau.

80. A empresa brasileira Barrosão Transportes celebrou contrato com empresa da Coreia do Norte para construir, em Varjota (CE), uma fábrica de vagões de trem. A oferta do contrato foi feita pela transportadora através de anúncio publicado em jornal de Brasília, cidade onde se encontra a sede desta. Diante do atraso no pagamento das parcelas pela Barrosão, a empresa coreana resolveu processá-la em Pequim, local onde o contrato foi celebrado após um lauto jantar, onde foram degustados grilos fritos com óleo de coco e carne canina ao molho béarnaise. Considerando os dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), da Lei de Arbitragem e do Código de Processo Civil, marque a alternativa INCORRETA:

- A empresa coreana também poderia mover o referido processo na cidade onde ela está sediada, com possibilidade de homologação pelo STJ.
- Havendo cláusula compromissória no referido contrato, as partes devem recorrer à via arbitral para resolver a querela, ainda que o contrato tenha sido celebrado em Pequim.
- Pela LINDB, o juiz chinês deverá aplicar a lei da Coreia do Norte, país da empresa que moveu o processo e está sofrendo o inadimplemento.
- Se o contrato tivesse sido celebrado entre ausentes, poder-se-ia aplicar o Direito brasileiro, país onde a solicitante está sediada e foi ofertado o negócio.

**Justificativa: Prof. Felipe Barroso**

- A alternativa (c) está incorreta porque, pela LINDB, aplica-se o Direito do local da celebração do contrato — lex loci celebrationis —, portanto o direito chinês

81. Pedro, interessado em adquirir um imóvel urbano, optou por fazer a compra do mesmo em um loteamento fechado e não em um condomínio edilício. Analise as proposições a seguir sobre os dois institutos e marque a alternativa que indica corretamente a(s) diferença(s) entre os mesmos:

- No condomínio toda a área é privada, tanto o imóvel quanto as vias de circulação e espaços comuns são de propriedade dos moradores. No “loteamento fechado”, por força da Lei 6.766/1979, os espaços internos e as vias de circulação são bens públicos.
- Cada morador no “loteamento fechado” é proprietário do seu lote e das frações ideias, como no condomínio edilício.
- Para o loteamento fechado deve haver aprovação pela prefeitura, ao contrário do condomínio fechado, onde todas as áreas são particulares.
- No condomínio edilício o objeto é um lote de terreno, sem construção. No “loteamento fechado” o objeto é um lote autônomo, bem como uma fração ideal dos espaços livres.

**Justificativa: Profa. Danielle Batista**

- O condomínio edilício submete-se aos trâmites da Lei 4.591/1964 e o “loteamento fechado” submete-se ao disposto na Lei 6.766/1979 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano). Embora exista semelhanças, são institutos diferentes, haja vista no condomínio todas as áreas serem particulares, ao contrário do que acontece no loteamento fechado, em que existe áreas públicas, mas de acesso controlado.

82. A adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro ou domiciliado no Brasil somente terá lugar quando restar comprovado:

- que a colocação em família adotiva é a solução adequada ao caso concreto.
- que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família adotiva brasileira, com a comprovação, certificada nos autos, da inexistência de adotantes habilitados residentes no Brasil com perfil compatível com a criança ou adolescente.
- que, em se tratando de adoção de adolescente, este foi consultado, por meios adequados ao seu estágio de desenvolvimento, e que se encontra preparado para a medida, mediante parecer elaborado por equipe interprofissional.

Há afirmação correta apenas em:

- I e II.
- I e III.

- c) II e III.  
d) I, II e III.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**  
- Conforme art. 51, § 1º do ECA.

83. Quando a Constituição Federal edita uma norma “a” proibindo que o tributo “x” incida sobre a hipótese “y”, essa hipótese “y” termina virando uma hipótese de “não incidência” do tributo “x”, e a causa dessa “não incidência” é exatamente a proibição constitucional decorrente da norma “a” que determinou essa não incidência. Daí por que se diz que a hipótese “y” passa a ser uma hipótese de não incidência constitucionalmente qualificada. Da norma constitucional qualificadora de não incidência resulta o benefício da “imunidade tributária”, de modo que o tributo está proibido de incidir quando o fato ocorre, não gerando qualquer relação jurídica entre o Estado e o cidadão. Acerca da imunidade tributária, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A imunidade tributária atinge apenas a obrigação tributária principal, afeta ao dever patrimonial de pagamento do tributo, não tendo o condão de atingir as chamadas obrigações tributárias acessórias, ou seja, os deveres instrumentais do contribuinte, que permanecem incólumes.
- b) O STF entende que a imunidade recíproca não abrange as empresas públicas e sociedades de economia mista, ainda que prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- c) A imunidade ataca a incidência da norma e impede a formação da relação jurídica tributária; a isenção ataca um dos efeitos decorrentes da formação da relação tributária, qual seja, a obrigação principal de pagar o tributo – a isenção exclui o direito da Fazenda de cobrar o crédito, já que a lei isentava a ele renunciou previamente.
- d) Para o STF, as imunidades são limitações constitucionais ao poder de tributar, ganhando estatura de cláusulas pétreas não suprimíveis por emenda constitucional, uma vez asseguradores de direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º, IV, CF).

**Justificativa: Prof. Leandro Macêdo**  
- O STF entende, nada obstante o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 150 da CF, que a imunidade recíproca abrange as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado (RE 407.099 e AC 1.550-2).

84. Assinale a opção correta em relação à sociedade anônima.
- a) Enquanto não forem inscritos os atos constitutivos da sociedade por ações que esteja em processo de

instituição, esta reger-se-á pelas regras da sociedade em comum, observadas subsidiariamente as regras da sociedade simples.

- b) As normas que regem a sociedade anônima não são aplicáveis às sociedades limitadas.
- c) O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro, em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro, e em serviços.
- d) A companhia será aberta ou fechada, conforme suas ações estejam ou não admitidas à negociação na Comissão de Valores Mobiliários.

**Justificativa: Profa. Denise Carrá**  
- De acordo com o art. 6º da Lei 6.404/76:  
Art. 4º Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

85. São direitos básicos do consumidor:
- a) a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.
- b) a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
- c) a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem onerosas.
- d) a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

**Justificativa: Prof. Daniel Miranda**  
- A revisão das cláusulas contratuais exige que o fato superveniente torne a obrigação excessivamente onerosa. Art. 6º, V/CDC.

86. A assunção do novo Presidente da República em 2019 traz a lume o tema da reforma da previdência e do seu eventual déficit. Sobre a previdência social brasileira, assinale a alternativa CORRETA:
- a) o Brasil adota um único regime previdenciário para todos os trabalhadores brasileiros;
- b) a Constituição Federal veda o pagamento de benefício previdenciário substitutivo dos rendimentos do trabalho do segurado em valor mensal inferior ao salário mínimo;
- c) todas as aposentadorias do INSS são calculadas com a aplicação do fator previdenciário;
- d) os trabalhadores rurais não integram a previdência social brasileira e são protegidos pela assistência social, devendo comprovar, para ter acesso à

proteção social, que não têm condições de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

**Justificativa: Prof. Leandro Macêdo**

- Letra a) INCORRETA. Além dos militares, há regimes previdenciários distintos para os trabalhadores do setor privado e do setor público.

Letra b) CORRETA. É o que determina o art. 201, § 2º, da CF.

Letra c) INCORRETA. O fator previdenciário não integra o cálculo das aposentadorias por invalidez e especial (art. 29 da Lei 8.213/91).

Letra d) INCORRETA. Os trabalhadores rurais são segurados do Regime Geral de Previdência Social e, portanto, integram a previdência social brasileira (art. 11 da Lei 8.213/91).